

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ALINE DE ÁVILA ROCHA

**A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS: UMA REVISÃO DO
PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AOS DIAS ATUAIS**

Porto Alegre

2017

ALINE DE ÁVILA ROCHA

**A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS: UMA REVISÃO DO
PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AOS DIAS ATUAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Aline de Ávila

A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS: UMA
REVISÃO DO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AOS DIAS ATUAIS
/ Aline de Ávila Rocha. -- 2017.

61 f.

Orientador: Érico Esteves Duarte.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Alemanha. 2. Forças Armadas. 3. Bundeswehr. 4.
Europa. 5. OTAN. I. Duarte, Érico Esteves, orient.
II. Título.

ALINE DE ÁVILA ROCHA

**A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS: UMA REVISÃO DO
PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AOS DIAS ATUAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer à sociedade brasileira e à República Federativa do Brasil por terem proporcionado o estudo em uma Universidade pública, acessível e de qualidade. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas, que se tornaram minha segunda casa durante os cinco anos de graduação, pelo espaço de aprendizagem e crescimento pessoal e intelectual. A todos os professores e professoras com que tive a honra de ter recebido um pedaço do vasto conhecimento de cada um. Um agradecimento especial ao professor Érico Duarte por ter aceitado orientar um trabalho sobre Alemanha de uma aluna que iria começar uma pesquisa do zero.

Agradeço à minha família, Nilse, Ronaldo e Luna, cujo amor não se mede, por terem sido meu principal suporte durante a faculdade, a principal fonte de tranquilidade e acolhimento nos dias difíceis e que deram apoio incondicional em todos os momentos que precisei. Às minhas inseparáveis amigas, Elisa Eichner, Gabriela Ferreira, Katiele Menger, Priscila Schelp e Thaís Jesinski, que desde o primeiro semestre fizeram a faculdade ser o melhor período da minha vida proporcionando momentos inesquecíveis juntas e por serem a maior inspiração de mulheres determinadas e talentosas. Ao Henrique Pigozzo, Pedro Prates, Ricardo Glesse e Thales Machado pelos debates e conversas jogadas fora nas manhãs e fins de tarde no Xirú. À Camila Souza com quem pude compartilhar os melhores e piores momentos de ser uma formanda, que me trouxe dias mais coloridos e me mostrou o verdadeiro significado de resiliência e admiração. Ao Leonardo Weber pelos inúmeros áudios no WhatsApp de forma que fez parecer mais curta a distância entre nós. Ao Rodrigo Cassel pela ajuda com as palavras nesse trabalho e por ser um amigo honesto e leal. A todos meus amigos e amigas do curso, das turmas mais antigas às mais novas, que fiz durante a graduação e que compartilharam comigo dias incríveis construindo projetos de extensão, principalmente UFRGSMUN e UFRGSMUNDI. Agradeço a tais projetos de extensão e às pessoas inspiradoras que fizeram e fazem partes deles por terem construído o espaço que enriqueceu infinitamente meus anos de faculdade e que me ensinaram o que as Relações Internacionais, ou melhor, o que cada um de nós pode fazer para mudar nossa realidade, o Brasil e o mundo.

Hexagrama 65

Nenhuma dor pelo dano.
Todo dano é bendito.
Do ano mais maligno,
nasce o dia mais bonito.

1 dia,
1 mês, 1
ano

Paulo Leminski

RESUMO

O presente trabalho trata de realizar uma análise da transformação das Forças Armadas da Alemanha no período que compreende o fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Para tal fim, foi realizada uma revisão histórica de forma a compreender como ocorreu o rearmamento alemão e a reconstrução do *Bundeswehr* após a intervenção internacional que resultou na divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação pelas potências vencedoras do conflito mundial. O trabalho não apresenta hipóteses visto o seu caráter de revisão histórica pela busca de acontecimentos passados que pudessem ser relacionados com a atual atuação das Forças Armadas trazendo luz aos seus principais desafios e deficiências. Considerando os conceitos de *bandwagoning* sob a visão de Kenneth Waltz e Randall Schweller e compreendendo a importância do legado histórico na construção da política externa do país através de Stephen Walt, o trabalho inicia com as primeiras iniciativas para a constituição da República Federal da Alemanha (RFA) e o trabalho de Konrad Adenauer para fortalecer o país e recuperar a soberania alemã. Nesse contexto, surge a urgência de proteger a RFA frente à ameaça soviética na vizinha República Democrática da Alemanha e para isso se faz necessário o rearmamento do país através de negociações com os países ocidentais no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que resultaria, em 1955, no ressurgimento do *Bundeswehr* na Alemanha Ocidental e em cooperação estreita com os Estados Unidos. As primeiras reformas das Forças Armadas viriam com a queda do Muro de Berlim e a reunificação de uma única Alemanha na qual agora enfrentaria os desafios advindos com a globalização, como o terrorismo, de forma a ser inserida em operações militares em conjunto com os aliados. A inserção da Alemanha em incursões de cunho militar revelou uma grande falta de experiência em conflitos armados e o receio de fazer o uso da força; constrangida a se utilizar de força armada no pós-guerra, a Alemanha não assumiu mais o papel de potência militar. Atualmente, o país possui um grande protagonismo, principalmente na Europa, em que a responsabilidade das atuais crises – como a do euro, migratória e do *Brexit* – recaem sobre a Alemanha devido ao seu esforço em manter a integridade da União Europeia. Tendo isso em mente, a análise revela que a falta do poderio militar alemão sólido não condiz com seu *status* econômico e político.

Palavras chave: Alemanha. Forças Armadas. *Bundeswehr*. Europa. OTAN.

ABSTRACT

The present work deals with an analysis of the transformation of the German Armed Forces in the period from the end of World War II to the present day. To this end, a historical review has been carried out in order to understand how the German rearmament and the reconstruction of the Bundeswehr worked after the international intervention that resulted in the division of Germany into four zones of occupation by winning powers of the world conflict. This work does not present any hypothesis due to its intent of presenting a historical revision which is aimed at searching past events that can be related to the current operation of the German Armed Forces to verify its main challenges and deficiencies eventually. Considering the concept of bandwagoning, under the vision of Kenneth Waltz and Randall Schweller, and understanding the importance of the historical legacy in the construction of the country's foreign policy with Stephen Walt, the work begins by presenting the first initiatives of the constitution of the Federal Republic of Germany (FRG) and the work of Konrad Adenauer to strengthen the country and to regain German sovereignty. Within this context, there was an urgent need to protect the FRG from the Soviet threat in the neighboring German Democratic Republic, and it would require a process of rearmament which would eventually be carried out by negotiations under North Atlantic Treaty Organization (NATO). Later on, in 1955, it would result in the resurgence of the Bundeswehr in West Germany in close cooperation with the United States. The first reforms of the Armed Forces would only come with the fall of the Berlin Wall and the reunification of a single Germany, which now would have to face the challenges of globalization, such as terrorism, in order to be inserted in military operations alongside allies. In practice, the insertion of Germany in military incursions revealed a great lack of experience in armed conflicts and a fear of making use of force. Constrained to use its armed forces in the post-war, the country no longer assumed the role of military power. Currently, the country plays a major role, especially in Europe, where the responsibility for the current crises - which comprehends topics such as the euro, migration and the Brexit - falls on Germany due to its efforts to maintain the integrity of the European Union. Bearing that in mind, the analysis reveals that the lack of a German strong military power does not match with its economic and political status.

Keywords: Germany. Armed Forces. *Bundeswehr*. Europe. NATO.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A INSERÇÃO DA ALEMANHA NO SISTEMA INTERNACIONAL: FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL	12
3 HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS	20
3.1 O INÍCIO DO REARMAMENTO: CONTEXTO HISTÓRICO E NEGOCIAÇÕES ..	20
3.2 O REARMAMENTO NA PRÁTICA: A CONSTRUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS	26
3.3 OS ANOS 1990: REUNIFICAÇÃO E PRIMEIRAS REFORMAS	32
4 AS FORÇAS ALEMÃS E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI.....	37
4.1 A ALEMANHA E A PARTICIPAÇÃO EM CONFLITOS: QUESTIONAMENTOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS.....	38
4.2 PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS: PROTAGONISMO E PRESSÃO INTERNACIONAL	41
4.3 <i>BUNDESWEHR</i> : O QUE AINDA PRECISA MUDAR	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo de pesquisa identificar como se deu o processo de rearmamento da Alemanha através da transformação das Forças Armadas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e analisar as atuais capacidades militares do país. É preciso ressaltar, contudo, de que a intenção é fazer desse trabalho uma revisão histórica, de forma que ele não possui uma hipótese que permeia a pesquisa. Sendo assim, os objetivos específicos do trabalho são (i) entender as razões para o desmantelamento das Forças Armadas alemãs e sua posterior reconstituição; (ii) entender como foi o processo de rearmamento da Alemanha; e (iii) analisar e compreender o presente papel das Forças Armadas alemãs.

A justificativa desse trabalho possui respaldo em aspectos históricos e contemporâneos. A Alemanha é pouco estudada pelo viés das Relações Internacionais e é mais comum ser encontrada como objeto de estudo no campo da História. Todavia, as mudanças nas dinâmicas da Europa, como a crise do euro e da União Europeia (UE), a vinda de refugiados do Oriente Médio devido à guerra na Síria, o envolvimento alemão em questões com a Rússia, principalmente no território ucraniano, bem como a participação alemã em operações multinacionais terrestres e marítimas no Afeganistão, Mali, Líbano e Golfo de Áden têm colocado o país cada vez mais em evidência no campo das Relações Internacionais. O crescente protagonismo alemão e a constante pressão internacional sobre o país acabaram por fomentar uma nova agenda de pesquisa de estudos internacionais germânicos.

Cabe aqui realizar uma breve apresentação sobre aspectos gerais do país. A Alemanha se localiza no coração da Europa, no centro da mesma, conhecida por *Mittleuropa* ou referida por *Mittelland*, possuindo uma área total de 357,002 km² fazendo fronteira com o maior número de países do que qualquer outro no continente (TRIZOTTO, Laís H. A. et al, 2013). Sendo o país mais populoso da Europa com mais de 80.500.000 habitantes, nos quais 91,5% identificam-se como germânicos, o PIB alemão encontra-se na casa dos 3.997 trilhões de dólares americanos colocando o país na posição de maior economia da Europa e quinta maior a nível mundial (FACTBOOK, 2017).

Ainda que seja considerado um país desenvolvido devido a sua capacidade econômica e à presença de mulheres em altos cargos políticos, como o de Chefe de Governo e de Ministra da Defesa, o trauma histórico restringe o uso da força e não é visto com bons olhos pela sociedade. A participação em duas guerras mundiais e, principalmente, o surgimento do nazismo levaram à intervenção internacional, à divisão do país e ao desmantelamento das Forças Armadas da Alemanha. As instituições militares, o *Bundeswehr*, foram reerguidas com

o processo de rearmamento, que foi negociado com as potências ocupantes e realizado de forma fortemente alinhada aos países europeus e aos preceitos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Tal processo foi importante para a Alemanha, pois a mesma foi inserida em importantes organismos internacionais e firmou uma parceria estratégica com os Estados Unidos da América.

O chanceler da República Federal da Alemanha (RFA), em 1949, Konrad Adenauer, foi a principal figura que fez com que as potências ocidentais percebessem que a vizinha do leste, a República Democrática da Alemanha (RDA), configurava-se uma ameaça. Adenauer assegurou que o rearmamento tivesse início e que esse transmitisse os valores ocidentais para a nova Alemanha que estava se constituindo. Devido à postura totalmente alinhada ao ocidente, as oportunidades de reunificação que surgiram logo no início da criação das duas Alemanhas foram recusadas pelo chanceler para evitar que as ideias socialistas pudessem se espalhar em um país ainda pouco estruturado no pós-guerra (CÂMARA, 2013).

A reunificação só se concretizaria mais de 40 anos depois da divisão da Alemanha em duas diferentes repúblicas no contexto do final da Guerra Fria, da dissolução da União Soviética e, logo, da RDA. O processo iria finalmente resultar na consolidação de um único Estado alemão, detentor de soberania e autônomo para fazer uso da força militar. Ainda que não fosse de interesse da Alemanha realizar operações militares, a responsabilidade da associação com a OTAN a fez colocar em práticas incursões militares que atuariam contra os grupos extremistas dos Oriente Médio em uma época marcada pela globalização e ataques terroristas (WEISS, 2013).

A partir de então, as responsabilidades e a cobrança internacional para a participação alemã nas questões europeias e mundiais cresceram. A Alemanha alcançou um grande *status* político e econômico devido ao apoio externo na reconstrução do país e à consciência de que sua integração era essencial para a manutenção do equilíbrio europeu – que foi conquistado pelas ações de inclusão em fóruns regionais. Atualmente, a Alemanha não se constitui mais uma ameaça à ordem europeia; muito pelo contrário, ela é a grande protagonista dos desafios impostos pelo século XXI. No Livro Branco de Defesa¹ lançado pelo governo federal em 2016, a chanceler, Angela Merkel, e a Ministra da Defesa, Ursula von der Leyen, ressaltam que guerras e conflitos estão à porta da Europa, que Estados falidos dão abertura para o crescimento do terrorismo islâmico e que o ciberespaço também se configura uma ameaça, sendo dever da

¹ O Livro Branco contém dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas e que aborda tópicos como: política nacional de defesa; suporte econômico da defesa nacional; cada uma das Forças: Marinha, Exército e Aeronáutica; entre outros.

Alemanha e da Europa defender os direitos humanos, a liberdade, a democracia e o direito internacional (ALEMANHA, 2016).

De forma a garantir a estabilidade e a seguridade do velho continente, é enfatizado a forte aliança com a OTAN e a União Europeia, além da importância de fortalecer os pilares de defesa e segurança internacionais com aliados ao redor do mundo, cada um fazendo sua parte para enfrentar os desafios de suas regiões. Como será visto nos capítulos a seguir, a cooperação internacional foi e continua sendo vital para o fortalecimento alemão e tornou-se base das ações de política externa alemã tanto por princípios como por necessidade, como ilustra a passagem que consta no Livro Branco:

O rearmamento da Alemanha na década de 1950 foi estreitamente associado à sua integração política e militar na OTAN. O Bundeswehr foi e continua orientado para o envolvimento em um quadro multilateral. Ao exercer a responsabilidade pela segurança internacional, nós somos fortemente dependentes da coordenação e cooperação com nossos parceiros² (ALEMANHA, 2016, p.23, tradução nossa).

Todavia, ao mesmo tempo em que a cooperação internacional guia as decisões políticas alemãs, ela revela uma dependência das mesmas, principalmente no que tange à defesa do país. É imprescindível que as capacidades militares e de dissuasão não sejam deixadas de lado, ainda mais no recente contexto de conflitos dentro do continente, com a entrada de refugiados e atentados contra a sociedade civil, e no entorno europeu, com conflitos territoriais como o da Crimeia e guerras civis no Oriente Médio.

De forma passageira, também consta no Livro Branco a pauta das Forças Armadas no âmbito doméstico, trazendo a importância da aproximação civil e militar no país, revelando, ainda que de forma breve, a necessidade de fazer com que haja um debate das questões militares com a sociedade. O uso da força militar, no debate público alemão, é tratado quase como um tabu, pois, a falta de um canal de comunicação com a sociedade e do fomento à pesquisa sobre o assunto deixam de contribuir para o desenvolvimento do *Bundeswehr*.

É necessário ressaltar dois esclarecimentos são importantes antes do início da leitura desse trabalho. O primeiro é que o foco histórico da reestruturação das Forças Armadas diz respeito à Alemanha Ocidental no pós-guerra devido ao maior número de documentos para acesso às informações pertinentes e pela mesma ter sido palco do processo de rearmamento em conjunto com as forças do ocidente. A segunda questão é a elevada presença de fontes

² Do original em inglês: “Germany’s rearmament in the 1950s was closely associated with its political and military integration into NATO. The Bundeswehr was then and still is geared towards engagement in a multilateral framework. When exercising responsibility for international security, we are heavily dependent on coordination and cooperation with our partners.”

secundárias devido à inacessibilidade linguística dos documentos oficiais e de origem germânica, visto insuficiência de domínio da língua alemã para a extração das informações de tais fontes.

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, somando-se a introdução e a conclusão. O capítulo um irá tratar de uma discussão conceitual de *bandwagoning* pela perspectiva de Kenneth Waltz e Randall Schweller e da compreensão do passado na construção da política externa do país através de Stephen Walt. O segundo capítulo fará uma abordagem histórica do final da Segunda Guerra Mundial: a primeira subseção expondo os acontecimentos históricos e as negociações do rearmamento alemão; a segunda mostrando como se deu o processo na prática; finalizando com o contexto da década de 1990 devido ao fim da Guerra Fria e reunificação.

O terceiro e último capítulo irá retratar a atual situação das Forças Armadas da Alemanha e expor os principais desafios do século XXI à atuação militar germânica. Tal seção será apresentada através da discussão da participação alemã em conflitos externos, da sua relevância e protagonismo nos organismos internacionais e das principais medidas que o *Bundeswehr* pode adquirir para desenvolver mais autonomia e legitimidade.

2 A INSERÇÃO DA ALEMANHA NO SISTEMA INTERNACIONAL: FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

Será apresentada nessa seção o fundamento conceitual na qual a pesquisa é apoiada. O marco teórico aqui apresentado tem por objetivo elucidar as principais teorias e conceitos que se relacionam com a inserção da Alemanha no Sistema Internacional e como o país se comporta em questões de segurança, tanto no que diz respeito ao âmbito interno quanto ao externo. O capítulo inicia com a teoria de balanço de poder e o conceito de *bandwagoning* de Kenneth Waltz seguida pela releitura das mesmas pela perspectiva de Randall Schweller. Por fim, debatemos como Stephan Walt viu na herança histórica importantes contribuições para a construção da política externa dos países.

Um dos fundadores do pensamento neorrealista da Relações Internacionais, o autor Kenneth Waltz disserta no capítulo 6 de seu livro “Teoria de Políticas Internacionais” sobre balanço de poder, o primeiro a apresentar o tal termo, e estrutura do Sistema Internacional. O autor parte da premissa de “como alguns estados podem, em qualquer momento, usar a força, todos os estados devem estar preparados para fazer o mesmo – ou viver à mercê de seus vizinhos militarmente mais vigorosos.”³ (WALTZ, 1979, p. 103, tradução nossa). A passagem realista de que o estado de natureza dos atores do Sistema Internacional é o estado de guerra em que o uso da força pode acontecer a qualquer momento sem um agente para gerir ou manipular o conflito é real. Porém, Waltz nos mostra que dentro dos Estados, que são uma organização hierárquica com um governo a frente, guerras destrutivas podem ocorrer da mesma forma e um dos exemplos de tal fato é o extermínio de judeus por Hitler na década de 1930.

O que difere a esfera nacional da internacional é o modelo de organização, enquanto internamente o governo possui o monopólio da força, na arena internacional isso não acontece, pois, os Estados compartilham das mesmas funções caracterizando a anarquia do sistema – ainda que ocorra diferenças de capacidades entre as unidades. Ao chegar nessa conclusão, o autor afirma que tais diferenças levam a uma divisão do trabalho entre as nações, mas critica a pouca integração que existe entre as mesmas podendo haver mais cooperação em questões políticas e de defesa (WALTZ, 1979). Ainda, tal conclusão revela que o posicionamento dos atores é definido por suas capacidades relativas, que se entende como aquilo que elas conseguem ou não fazer na política internacional; no poder que um tem em relação ao outro (SARFATI, 2005). Ciente de suas capacidades e da posição que ocupa na esfera internacional,

³ Do original em inglês: “Because some states may at any time use force, all states must be prepared to do so – or live at the mercy of their militarily more vigorous neighbors.”

a Alemanha é consciente de que seu peso político e econômico não equilibra com suas capacidades em defesa; por isso, se engaja em projetos de cooperação que buscam o diálogo e a resolução pacífica de conflitos e é associada a organizações que preenchem a carência de capacidades e inventário militar.

A interdependência e a cooperação estão diretamente ligadas com a estrutura do sistema. As unidades do sistema – nações, corporações ou qualquer outro – são informados de que o bem maior, junto consigo mesmo, exige que eles atuem por causa do sistema e não por sua própria vantagem. Um dos exemplos que o autor utiliza é da década de 1950, quando o medo da destruição do mundo por uma guerra nuclear cresceu e a alternativa à destruição mundial era o desarmamento a nível mundial. No fim da Segunda Guerra Mundial, podemos perceber uma preocupação dos países envolvidos no conflito em manter o equilíbrio da Europa, pois, uma vez que a paz não fosse instaurada no continente, uma nova desarmonia entre as partes afetaria todo o globo novamente – ainda mais na época de Guerra Fria, como o autor menciona, em que qualquer desequilíbrio poderia levar a uma guerra de caráter nuclear jamais vista. Logo, Waltz aponta o paradoxo que existe entre solucionar os problemas internacionais e subordinar as políticas nacionais para tal fim uma vez que “com cada país constrangido a cuidar de si mesmo, ninguém pode cuidar do sistema.”⁴ (WALTZ, 1979, p. 109, tradução nossa).

Waltz inicia a falar, então, sobre a teoria do balanço de poder:

O equilíbrio de poder é visto por alguns como sendo semelhante a uma lei da natureza; por outros, como simplesmente uma indignação. Alguns veem isso como um guia para estadistas; outros como um manto que disfarça suas políticas imperialistas. Alguns acreditam que um balanço de poder é a melhor garantia da segurança dos estados e da paz do mundo; outros, que ela arruinou os estados por causar a maioria das guerras que eles lutaram⁵ (WALTZ, 1979, p. 117, tradução nossa).

A teoria expõe que os Estados buscam, no mínimo, a sobrevivência na arena internacional e, no máximo, a dominação da mesma e os atores tentam de alguma maneira atingir um dos dois fins por esforços internos, através do aumento da capacidade econômica ou força militar, por exemplo; ou esforços externos, por meio de fortalecimentos de alianças ou enfraquecimento de outras. Sendo esse um comportamento competitivo, os Estados tendem a comparar suas capacidades para minimizar as diferenças entre si de forma a busca um equilíbrio de poder. Todavia, o balanço realizado nem sempre é automático, pois eles podem estar

⁴ Do original em inglês: “With each country constrained to take care of itself, no one can take care of the system.”

⁵ Do original em inglês: “Balance of power is seen by some as being akin to a law of nature; by others, as simply an outrage. Some view it as a guide to statesmen; others as a cloak that disguises their imperialist policies. Some believe that a balance of power is the best guarantee of the security of states and the peace of the world; others, that it has ruined states by causing most of the wars they have fought.”

associados em grupo, uma característica denominada *bandwagoning*. Isso quer dizer que, no momento em que um Estado se configura líder (*bandwagon*), todos os demais podem segui-lo, pois desejam estar aliados ou próximos ao ator considerado vencedor (WALTZ, 1979; SARFATI, 2005).

Se os atores irão balancear uns aos outros ou se aliar a um *bandwagon* depende da estrutura do sistema: em um mundo multipolar, a tendência é o surgimento de vários polos de poder que irão se balancear entre si; no caso de dois polos de poder, a tendência dos atores seguirem algum dos dois; já em um sistema unipolar, os atores buscam realizar o balanço entre si (SARFATI, 2005). Algumas alianças são formadas para acompanhar o crescimento de outras, mas quando alguém parece o vencedor, os demais se juntam a ele ao invés de montar coalizões que o impedissem de ser o mais forte do sistema. Dessa forma, o *bandwagoning*, não o balanceamento de poder, é o comportamento característico dos atores do sistema e eles estão em forte contraste atuando como comportamentos contraditórios (WALTZ, 1979; SARFATI, 2005). Waltz explica como os Estados se comportam diante do *bandwagoning*:

Internamente, os candidatos perdedores jogam em seus lotes com o vencedor. Todo mundo quer que alguém vença; os membros do partido querem um líder mesmo quando discordam em quem deveria ser. Em uma competição para o cargo de líder, o *bandwagoning* é um comportamento sensível onde ganhos são possíveis, mesmo para os perdedores onde a perda não coloca sua segurança em perigo. Externamente, os estados trabalham mais para aumentar sua própria força, ou se combinam com os outros, se eles estão desmoronando. Em uma competição para o cargo de líder, o balanceamento é um comportamento sensível onde a vitória de uma coalizão sobre outra deixa membros mais fracos da coalizão vencedora à mercê dos mais fortes. Ninguém quer que mais alguém vença; nenhum dos grandes poderes quer que um dos seus números surja como líder⁶ (WALTZ, 1979, p. 126, tradução nossa).

O *bandwagoning* consegue garantir a segurança dos atores aglutinados no então líder com um esforço menor do que se fosse em um sistema de balanceamento de poder. Esse comportamento é percebido na permanência da Alemanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na qual faz parte desde 1955, na então República Federal da Alemanha que buscava dar início ao processo de rearmamento para consolidar sua soberania e autonomia, além de minimizar sua fragilidade perante o Sistema Internacional. A relação que

⁶ Do original em inglês: “Internally, losing candidates throw in their lots with the winner. Everyone wants someone to win; the members of a party want a leader established even while they disagree on who it should be. In a competition for the position of leader, bandwagoning is sensible behavior where gains are possible even for the losers and where losing does not place their security in jeopardy. Externally, states work harder to increase their own strength, or they combine with others, if they are falling behind. In a competition for the position of leader, balancing is sensible behaviour where the victory of one coalition over another leaves weaker members of the winning coalition at the mercy of the stronger ones. Nobody wants anyone else to win; none of the great powers wants one of their number to emerge as the leader.”

se estabeleceu devido à continuidade na organização até os dias atuais se caracteriza como *bandwagoning*, visto que a Alemanha é dependente da segurança fornecida pelo *bandwagon* estadunidense para sua própria segurança e para operações no exterior.

O professor Randall Schweller, que escreve sob o viés neorrealista estrutural, faz uma revisão da teoria da balança de poder de Kenneth Waltz defendendo que *bandwagoning* é mais utilizado do que parece e que balanceamento é a exceção. Visto que a teoria possui muitas visões e interpretações e passa por diversas críticas, contribuindo para o debate, Schweller defende que os dois comportamentos não são opostos e que eles não são somente movidos pela busca da segurança: a motivação pelo lucro, em vez da segurança, leva a escolhas de alianças, visto que não há motivos para esperar que os Estados sejam ameaçados para seguir o movimento; eles fazem isso de bom grado. Na visão do autor, o movimento do *bandwagoning* ganha impulso através da promessa de recompensas, e não motivado por alguma ameaça, e é por isso que os Estados buscam, através do alinhamento com o *bandwagon*, maximizar seu poder. Mais do que a autopreservação, é possível que os Estados aumentem suas capacidades em relação aos outros e melhorar sua posição no sistema, fazendo dessa aliança uma estratégia. É com essa afirmação que o autor levanta a principal diferença entre *bandwagoning* e balanceamento: o primeiro é motivado pela expectativa de ganhos enquanto o segundo é estabelecido de forma a evitar perdas (SCHWELLER, 1994).

De acordo com Schweller (1994), o maior determinante na tomada de decisão para algum alinhamento é a compatibilidade dos objetivos políticos, e não os desequilíbrios de poder ou ameaça comum. Sob tal perspectiva, podemos relacionar mais uma vez a teoria com o ingresso da Alemanha na OTAN: tanto Alemanha quanto Estados Unidos visavam o rearmamento do primeiro para firmar a estabilidade e a segurança do continente europeu. Contribuindo ainda mais para esse objetivo, o *bandwagoning* firmado com o lado mais forte teve por motivação pelos lucros pelo recebimento de armamento militar e pela garantia da manutenção mais duradoura do equilíbrio do sistema, assegurando que a Alemanha alinhada e não abandonada no pós-guerra não causaria transtornos novamente.

Contudo, não poderíamos afirmar também que a Alemanha procura realizar balanceamento? Antes de tudo, como vimos, a tendência dos Estados é o balanço de poder, pois a sua preocupação é garantir sua sobrevivência. No mesmo período em que se aconteceu o rearmamento, a Alemanha e os aliados prezaram pela integração do continente europeu; além dessa ser uma das questões norteadoras do rearmamento, a integração do continente por meios diplomáticos, políticos e econômicos era onde os envolvidos mais acreditavam ser possível garantir a segurança e a estabilidade da Europa. Algumas das iniciativas de integração propostas

no pós-guerra não obtiveram sucesso, outras sim e permanecem em funcionamento até os dias atuais, mas todos os esforços daquela época ainda se refletem no empenho em que a Alemanha possui para manter a coesão da União Europeia frente à crise de refugiados e ao processo de saída do Reino Unido do bloco.

Com a finalidade de realizar um estudo revisionista do estudo das alianças, Schweller propõe uma teoria de balança de interesses a qual possui dois níveis: unitário e sistêmico. Atendo-se ao primeiro nível, esse refere-se ao custo que o Estado está disposto a pagar para defender seus valores em relação ao custo disposto a pagar para expandir os mesmos. De forma a exemplificar como atuam no Sistema Internacional, o autor os categoriza os Estados da seguinte forma (SCHWELLER, 1994, p.101):

- a) Leão: São Estados que pagarão altos custos para proteger o que possuem, mas que pagarão apenas um pequeno preço para aumentar suas possessões. Seu objetivo consiste em maximizar sua segurança e, assim como os leões são o rei da selva, é muito provável que esse sejam grandes potências que mantêm seu *status quo* e que governam e gerenciam o Sistema Internacional. Afinal, os Estados que encontram o *status quo* mais agradável para si são geralmente aqueles que criaram a ordem existente e como os principais beneficiários dele e, mais do que qualquer outro ator, tem interesse em preservá-lo;
- b) Cordeiro: São países que pagam apenas baixos custos para defender ou ampliar seus valores. Em um mundo de predadores e presas, esses Estados são as presas. Os cordeiros são Estados fracos na medida em que possuem poucas capacidades ou sofrem de relações precárias com sua sociedade por uma variedade de razões. São capazes de realizar *bandwagoning* para desviar e apaziguar ameaças, para proteção contra perigos mais iminentes ou por medo de acabarem no lado perdedor.
- c) Chacal: Estes são Estados que pagarão altos custos para defender seus bens, mas ainda maiores custos para ampliar seus valores. Ainda que estejam insatisfeitos com sua posição, valorizam suas posses. Como Estados expansionistas, tendem a ser oportunistas e avessos ao risco. Geralmente, são encontrados indo atrás de lobos (líderes revisionistas) e de leões (líderes do *status quo*) que estão à beira da vitória através de *bandwagoning*. As duas formas de *bandwagoning* se constituem um

exemplo de *buck-passing*, ou seja, transmitindo para o outro Estado alguma responsabilidade que deveria assumir se resumindo a ser um “carona” nos esforços ofensivos dos outros.

- d) Lobo: Conhecidos por serem estados predatórios, os lobos valorizam o que desejam muito mais do que o que eles possuem. Eles não possuem medo de perder e estão muitos dispostos a assumir grandes riscos para conseguir o que almejam. Com o desejo de conquistar o mundo ou parte dele, os lobos não equilibram ou circulam; eles são o *bandwagon*.

Dentre as categorias citadas acima, retomando ao período que compreende o final da Segunda Guerra Mundial, passando pela entrada do país na OTAN, até sua reunificação nos anos 1990 é possível classificá-la na categoria de “cordeiro”. A Alemanha estava sob ocupação internacional, sem coesão interna e autonomia da sua política externa, a elevação do *status* para República Federal e a posterior entrada na organização permitiram o alinhamento oficial com as nações poderosas do Sistema Internacional vigente, principalmente com os Estados Unidos, realizando, portanto, *bandwagoning*. No contexto do pós Segunda Guerra Mundial, essa relação foi proveitosa para readquirir suas capacidades econômicas e militares, através da agregação ao *bandwagon*, e da garantia de proteção perante o Sistema Internacional contra os inimigos iminentes, sobretudo da vizinha RDA.

Além disso, podemos enquadrar a atual Alemanha na definição de “chacal”, pois a característica da forma como ele realiza o *bandwagoning* se assemelha ao comportamento alemão na aliança com a OTAN: visto que suas capacidades de defesa são limitadas, a parceria com a organização é essencial para a proteção dos germânicos, caso estejam sob alguma ameaça que não conseguem vencer sozinhos. Ainda, talvez não tão insatisfeitos com sua posição no sistema, os Estados chacais valorizam suas posses e a Alemanha vive uma grande e longínqua estabilidade, de forma que arcaria com altos custos para manter sua integridade.

Analisando o nível sistêmico da teoria, ele se refere à força relativa do *status quo* e dos Estados revisionistas. Essa análise sugere que a distribuição de capacidades por si só não determina a estabilidade do sistema, visto que o mais importante são os objetivos e os meios nos quais as capacidades ou a influência são colocadas em prática, pois a estabilidade do sistema depende da balança de forças entre revisionistas e conservadores (SCHWELLER, 1994, p. 104). Encontramos outro respaldo na teoria de interesses de Schweller uma das justificativas do rearme da Alemanha sem conferir que a mesma possuía a intenção de se tornar uma grande força militar. A reposição de armas e a reestruturação das Forças na Alemanha veio com o

objetivo de contenção da União Soviética – ainda que fosse mais palpável a entrada de equipamentos servir mais como uma demonstração de força do que um instrumento para ser colocado em prática – e de conferir equilíbrio entre as nações europeias para a manutenção da paz no continente.

Com o intuito de analisar como as políticas externas e o comportamento dos países são moldados, Stephen Walt leva uma questão trivial para explicar seu questionamento. Retomando as já conhecidas teorias que colocam a geografia como determinante crucial na política externa, levantando que os diferentes tipos de regime, de organização política e de personalidade dos líderes impactam em diferentes focos na agenda internacional de uma nação, Walt encontra na abordagem histórica uma forma de analisar e explicar porque os Estados atuam e formulam políticas de maneira única e peculiar.

O acontecimento de uma grande guerra afeta uma sociedade por ser um evento doloroso, dispendioso e que as vitórias e as derrotas resultaram em lições que ficarão gravadas para sempre na memória daquele país. A experiência de ter passado por tal episódio assustador acaba se refletindo e sendo central para a construção de uma identidade nacional e coletiva – podemos ver suas marcas nos hinos nacionais, nos valores transmitidos através das gerações. De forma a entender as ações de política externa da Alemanha é essencial conhecer seu passado para encontrar as justificativas de suas ações e visão de mundo. O papel desempenhado pela participação do país em duas guerras mundiais, o levante do nazismo e as traumáticas derrotas resultaram em grandes consequências como a divisão do território alemão em zonas de ocupação estrangeiras no fim do conflito mundial em 1945 (WALT, 2017).

Segundo Walt (2017), não é surpreendente que Alemanha, ao lado do Japão, seja uma das nações mais pacíficas do mundo. Sabendo da sua experiência passada em guerras mundiais e do trauma do militarismo exacerbado, esses últimos acontecimentos moldaram as ações de políticas externa e interna germânicas nos últimos 70 anos. Nos episódios do início do processo de rearmamento nos anos de 1950, da concepção do Estado da Alemanha Ocidental e da reunificação das duas repúblicas alemãs, o pensamento que permeava os acontecimentos buscava conter qualquer possibilidade de renascer um militarismo desenfreado e construir uma nova Alemanha com novos princípios – que foram muito baseados na integração e cooperação entre aliados. Até os dias atuais percebemos que tais princípios se tornaram intrínsecos à Alemanha devido ao tamanho receio que se tinha de reviver o passado. Um trecho do Livro Branco alemão ilustra bem a ideia de Walt: “nossa identidade e a forma como vemos a segurança são influenciados pelas lições que aprendemos com nossa história. Eles fazem parte

da nossa identidade nacional e estão consagrados em nossa constituição.⁷ ” (ALEMANHA, 2017, p. 22, tradução nossa)

O autor também levanta a possibilidade de que a Guerra Fria pode não ter sido tão impactante quanto às guerras mundiais no que diz respeito ao legado histórico. No caso do rearmamento alemão, que teve início durante tal período, esse poderia ser considerado um episódio marcante e que teve grande impacto na formação das políticas externa e de defesa alemãs. Todavia, como o autor aponta, a Guerra Fria foi uma época marcada por decisões tomadas em meses de negociação, por modelos econômicos que disputavam mercados. Durante esse período, a Alemanha não se envolveu em conflitos armados e estando aliada ao oeste, cujo modelo econômico triunfou, passou por esse período organizando-se internamente construindo uma nação baseada nas lições do seu passado (WALT, 2017).

⁷ Do original em inglês: “Our identity and the way we see security is influenced by the lessons we have learned from our history. They form part of our national identity and are enshrined in our constitution.”

3 HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS

Tendo em mente os conceitos relevantes previamente expostos para compreendermos o desenrolar da história militar alemã, o presente capítulo traz um panorama histórico a respeito da reconstituição das Forças Armadas alemãs de forma a entender como se deu tal processo e encontrar indícios de algumas das causas de suas atuais deficiências, que serão melhor exploradas no capítulo seguinte. Primeiramente, apresentaremos como se deu a tomada de decisão para o rearmamento da Alemanha logo após o fim da Segunda Guerra Mundial; em seguida, discutiremos como ocorreu o processo na prática durante a Guerra Fria. Por fim, faremos uma análise histórica da década de 1990, tratando da queda da União Soviética, do processo de reunificação alemã e das primeiras reformas empreendidas nas suas Forças Armadas.

3.1 O INÍCIO DO REARMAMENTO: CONTEXTO HISTÓRICO E NEGOCIAÇÕES

Conforme contextualizado por Vogel (2011), a Alemanha, após o término da Segunda Guerra Mundial, havia sido dividida em zonas de ocupação pelas potências vencedoras do conflito, a saber: o lado ocidental foi dividido em três zonas entre Estados Unidos, França e Reino Unido (os Aliados); e o lado oriental ficou sob controle da União Soviética. A divisão entre Alemanha Ocidental e Oriental foi realizada dessa forma devido ao contexto internacional de Guerra Fria que se instaurou após o fim do conflito mundial. No período, a União Soviética ainda se apresentava como uma ameaça ao mundo ocidental e, agora mais ainda, à frágil e desmilitarizada Alemanha Ocidental.

Conforme firmado em Ialta, em fevereiro de 1945, o objetivo da ocupação estrangeira visava estabelecer administrações alemãs para que o governo militar do país ocupante pudesse dar ordens, destruir a herança nazista e desmilitarizar o país. Uma das primeiras ações foi a reconstrução da administração pública submetida às ordens estrangeiras e a eliminação do nazismo dos âmbitos público, cultural, econômico e militar na Alemanha. O início da ocupação foi marcado pelas prisões de alemães que haviam ocupados altos cargos do regime de Hitler, o que levou a uma série de julgamentos de crimes de guerra, com destaque para o mais conhecido instaurado em Nuremberg em novembro de 1945 (BESSEL, 2010).

O processo de desnazificação da Alemanha também significou o desmantelamento das Forças Armadas. Além da prisão e julgamento do alto escalão do exército nazista, cerca de 5 milhões de soldados alemães foram feitos prisioneiros e houve a dissolução do Estado-Maior

alemão e o controle industrial do país (BESSEL, 2010). A ocupação, acompanhada da desmilitarização e a desindustrialização da Alemanha, foi o meio encontrado para conter o país que havia sido protagonista de duas grandes guerras mundiais de forma a garantir que tais episódios não viessem a ocorrer novamente.

No ano de 1948, as partes ocupantes do lado oeste solicitaram aos governadores dos estados da antiga federação alemã que convocassem uma assembleia constituinte e, para isso, foi constituído um Conselho Parlamentar. A organização dos parlamentos não resultou em uma Constituição, pois devido à esperança de uma eventual reunificação, foi negociada uma *Grundgesetz*, que é uma “Lei Básica”⁸. A partir de então formaram-se casas legislativas (*Bundesrat* e *Bundestag*), uma Corte Constitucional (*Bundesverfassungsgericht*) bem como cargos de Chefe de Estado e um Chanceler Federal eleitos por Colégio Federal. Dessa forma, nascia a República Federal da Alemanha (RFA) sob a chancelaria de Konrad Adenauer em 23 de maio de 1949. Os vizinhos do leste seguiriam o mesmo caminho constituindo a República Democrática da Alemanha (RDA) em 05 de outubro do mesmo ano (CÂMARA, 2013; HOUSE, 2011).

Desde o início, Konrad assumiu uma postura assertiva em relação ao alinhamento com os Estados Unidos e o mundo ocidental acreditando que essa seria a melhor estratégia contra as três ameaças ao novo Estado: a RDA; a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial, na qual nenhuma das Alemanha iria sobreviver e a fragmentação da aliança do ocidente, pelo temor de um novo isolamento dos estadunidenses. Ainda, buscando fortalecer a República Federal, a prioridade do chanceler seria conquistar a soberania e autonomia do novo país para estar em igualdade com as potências com quem se alinhava (CÂMARA, 2013).

Através de visões diferentes dos parlamentares futuro papel militar, o documento da Lei Fundamental não previa que o novo Estado alemão semi-soberano construísse um exército próprio. Todavia, Adenauer sabia em que direção apontar. Preocupado com a situação de fragilidade frente à vizinha do oriente, recorreu diversas vezes às potências das zonas de ocupação do oeste para que fosse possível rearmar seu lado da fronteira. Como estabelecido em acordos de rendição da Alemanha no fim da guerra, a desmilitarização do país era uma condição, sendo esse, portanto, um pedido que não poderia ser atendido. Todavia, Adenauer não era o único que enxergava um perigo iminente no fato de a RFA não possuir capacidade militar caso os soviéticos tentassem alguma investida armada: os Aliados possuíam a consciência de tal possibilidade e de que a Europa só seria forte e íntegra novamente com uma

⁸ Conhecida também por “Lei Fundamental”, a *Grundgesetz* seria um documento provisório, pois a Constituição só iria surgir de fato com a reunificação das duas Alemanhas.

Alemanha armada e coesa. Porém, a decisão de rearmar a Alemanha não foi consenso devido ao temor interno e externo de devolver armas de guerra ao país que levou o mundo a um conflito mundial sem precedentes (HOUSE, 2011; VOLGEL, 2011a).

A principal iniciativa de rearmar a Alemanha veio do chanceler alemão - revelando a forma firme com que Adenauer guiava os interesses do país -, que decidiu dar início às negociações acreditando que o rearmamento do país era uma urgência maior que o trauma deixado pela Segunda Guerra. De forma a trabalhar para a consolidação de uma Alemanha coesa e soberana perante o Sistema Internacional, o chanceler encaminhou diversas propostas aos países aliados e, para se chegar em alguma que pudesse se mostrar urgente e eficaz, Adenauer convidou o general aposentado Gerhard von Schwerin para ser seu conselheiro oficial de segurança (VOLGEL, 2011a).

O cenário internacional estava cada vez mais tenso devido, principalmente, à Guerra da Coreia, e os países aliados começam a considerar estratégica a entrada da RFA na OTAN. Os Estados Unidos trouxeram a proposta de um pequeno reforço militar ao país; Adenauer sentiu que era o momento para colocar mais pressão em seus pedidos de apoio militar e, enquanto isso, com os esforços de Schwerin, foi realizada uma reunião para apresentar e ser assinado formalmente o plano militar do general em outubro de 1950. O Memorando de Himmerod, como ficou conhecido, foi dividido em cinco seções que ressaltavam a importância da criação das Forças alemãs (Exército, Marinha e Aeronáutica), dos planos de operacionais de defesa para a Europa, do recrutamento dos alemães para compor o exército, do treinamento tático, da disciplina militar, entre outros aspectos. O Memorando sintetizou as bases conceituais e práticas para a futura fundação das Forças Armadas alemãs, vislumbrando o prenúncio de um possível *Bundeswehr* (VOLGEL, 2011).

De acordo com Corum (2011a), os países ocupantes das zonas do oeste estavam cada vez mais realizando um papel exclusivamente militar no que diz respeito à segurança da República Federal da Alemanha e da Europa do que cumprindo com suas obrigações da ocupação da zona, visto a preocupação com o crescimento militar da União Soviética na Alemanha Oriental. As discussões sobre a entrada da Alemanha na OTAN e o rearmamento do país se intensificaram e passaram por cima das proibições de discutir a remilitarização, estabelecidas pelos tratados do pós-guerra, uma vez que o assunto era encarado como parte essencial da segurança coletiva da Europa.

A mudança de Schwerin pelo civil Theodor Blank e a criação do *Amt Blank* (escritório Blank, traduzido do alemão) teve grande significado nas negociações da militarização, pois Adenauer não concordava com a ideia do general de iniciar o rearmamento pela constituição de

uma polícia de segurança e não pelo exército propriamente dito. Além disso, era essencial e simbólico para a sociedade que a chefia de assuntos militares estivesse comandada por um civil e não um militar – apesar de Blank não possuir conhecimentos militares, devido a sua trajetória política, ele era uma figura importante para negociar e conciliar a oposição no *Bundestag* (VOLGEL, 2011).

O *Amt Blank* não avançou sem problemas. O escritório estava dividido em “tradicionalistas” e “anti-tradicionalistas” que consistia em vertentes que gostariam de manter a maior quantidade de tradições militares alemãs possíveis e reformular o exército para princípios democráticos, respectivamente, ainda que ambos concordassem em retirar as tradições que remetessem ao período do nazismo. Theodor Blank não era a figura mais indicada para mediar as partes e o debate demorou anos para ser resolvido, tirando tempo crucial que poderia ser usado para a organização de logística, treinamento e equipamento. Depois da formação do exército em 1955, seria sentida a falta de tais setores funcionando em melhores condições, pois de nada adianta uma doutrina com um exército que não funciona na prática, e aqui podemos pontuar uma grande falha histórica que se reflete ainda nos dias de hoje nas Forças Armadas alemãs (VOLGEL, 2011).

Enquanto isso, no âmbito interno, a opinião pública e a posição dos partidos políticos participavam do debate em relação à retomada militar do país. A opinião da sociedade variou muito durante os anos de 1950 e 1954: entre 30 e 50% da população eram favoráveis ao rearmamento e entre 25 e 33% eram contrários (CORUM, 2011a). Em dezembro de 1949, 62% eram contrários ao rearmamento e 29% a favor. A Guerra das Coreias fez a oposição cair para 45% com apoio subindo para 43%. Cada vez mais era entendido que “a Alemanha Ocidental não poderia ser defendida sem a ajuda alemã”⁹ (SEIPP, 2011, p.66, tradução nossa).

A União Democrata Cristã (UDC) e seus aliados, dominados pela figura de Adenauer, se posicionaram a favor da normalização e integração em uma comunidade ocidental global e ocidental europeia. Para a liderança do Partido Social Democrata (PSD), partido de oposição liderado por Kurt Schumacher, o debate sobre o rearmamento se constituía um subconjunto da questão maior do lugar da Alemanha na Europa do pós-guerra. Crítico ao regime de ocupação internacional e contrário à proposta de rearmamento, acreditava que a proposta poderia prejudicar os esforços para a reunificação; todavia, pouco a pouco o partido se tornava mais favorável à ideia, devido ao tensionamento da Guerra Fria. Tal posicionamento do PSD foi

⁹ Do original em inglês: [...] West Germany could not be defended without German help”.

essencial para a aprovação futura do projeto de rearmamento e de orçamento no *Bundestag* (CORUM, 2011a).

O conflito entre a UCD e o PSD moldou os anos fundadores da Alemanha Ocidental, principalmente devido aos seus desacordos sobre questões de soberania e segurança nacionais. Para o PSD, a consideração mais importante na sequência da guerra continuou a ser a posição geográfica incerta da Alemanha dentro da Europa Central. Duas experiências, partição e divisão, influenciaram o pensamento do partido sobre um futuro papel alemão em qualquer comunidade de defesa. Para Kurt Schumacher, todas as questões sobre o futuro papel de um Estado alemão na Europa pós-guerra, incluindo as centradas no rearmamento, tiveram que esperar até que as questões fundamentais das fronteiras pudessem ser resolvidas (HOUSE, 2011).

Do lado oriental da dividida Alemanha, os soviéticos não estavam tão preocupados com os alemães armados em sua zona. Em 1945, os soviéticos começaram uma remilitarização de sua zona de ocupação através da criação de uma "Polícia Popular" (*Volkspolizei*, em alemão). Essas formações, cada vez mais bem armadas e sofisticadas, pareciam desconsiderar as reivindicações soviéticas sobre suas intenções pacíficas na região. No final de 1948, a *Volkspolizei* se parecia cada vez mais com um exército em tudo, exceto no nome. Por sua vez, no lado ocidental, surgiam iniciativas que visavam a integração europeia na porção oeste do continente. O político francês, Jean Monnet, propôs ao Ministro de Relações Exteriores da França, Robert Schuman, um plano multinacional de supervisão da produção de carvão, ferro e aço. O projeto inicialmente denominado de Plano Schuman iria se tornar a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) em 1951, que por sua vez se tornaria a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957. Através da integração proposta pela comunidade, os participantes esperavam prevenir tentativas secretas de produção de armas pela Alemanha (SEIPP, 2011).

Outra iniciativa multilateral foi o Plano Plevén, anunciado no dia 24 de outubro de 1950, que previa um exército sob o comando do Primeiro Ministro Europeu onde a Alemanha atuaria na menor unidade possível. Essa foi outra proposta de Monnet para o Primeiro Ministro francês, René Plevén, em que a criação de um exército a nível europeu possuía a mesma lógica da CECA, pois maximizaria o uso de recursos disponíveis no continente, incluindo aqueles disponíveis da Alemanha Ocidental. Porém, ainda havia desconfiança pelo fato de que a Alemanha teria um exército próprio e que o Exército Europeu levaria muito tempo para se desenvolver e misturar as diversas nacionalidades dentro de uma única divisão. A formação do que seria chamado de "Comunidade de Defesa da Europa" (CDE) parecia impraticável

militarmente, mas para Adenauer essa era a “chave para a equidade, parceria e soberania para a Alemanha Ocidental” (RUANE¹⁰ *apud* HOUSE, 2011), uma vez que não era desejo do chanceler um exército autônomo alemão, mas sim a visão de que a contribuição armada seria o caminho para a retomada do status internacional (HOUSE, 2011).

No dia 26 de maio de 1952, depois de negociações que se arrastaram por meses, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e República Federal da Alemanha assinaram o tratado que daria início à Comunidade de Defesa Europeia. Todavia, é sabido que nenhum tratado possui efeito se não ratificado internamente. A França enfrentou grandes problemas nesse âmbito devido à falta de popularidade e de apoio à integração europeia e à rejeição de uma Alemanha rearmada. Winston Churchill foi um dos primeiros a propor o exército único, mas o resto do país, assim como a França, não era entusiasta da integração, o que resultou na não ratificação pela Grã-Bretanha. A rejeição do Plano Plevén e da iniciativa de um exército comum levou ao que os todos estavam tentando evitar: o rearmamento da Alemanha de forma autônoma (HOUSE, 2011).

Na primavera boreal de 1952, persistia a incerteza sobre o que aconteceria com o mapa da Europa central. Na ocasião, o líder soviético Joseph Stalin lançou uma nota pública considerando reconhecer uma Alemanha neutra unificada. Para muitos, incluindo Adenauer, essa foi uma tentativa de enfraquecer as relações de segurança com os Estados, afastar a presença da OTAN na Europa e sondar o quão avançado estavam as negociações (HOUSE, 2011). Tal episódio é marcante, pois teria adiantado a reunificação das repúblicas alemãs em 40 anos, mas visto que houve a negativa da realização de tal ato, parecia improvável que as Alemanhas se unissem tão cedo, e a rivalidade entre as partes só esteve a escalonar conforme o desenrolar da Guerra Fria.

Uma sucessão de tratados tomaria ações mais práticas sobre a questão do rearmamento e restauraria a soberania integral da Alemanha Ocidental. Em 1954, foi formalizado pelos Tratados de Paris, a entrada oficial da RFA na OTAN, como alternativa à Comunidade de Defesa Europeia, e que passava a atuar de forma exclusiva contra ações soviéticas, visto que antes previa atuação contra uma possível investida alemã. No mesmo ano, a Alemanha foi incluída no que foi o primeiro pacto de defesa europeu, a União da Europa Ocidental (UEO) originado em 1948 e que tinha surgido para servir de contenção alguma agressão alemã. Para completar os avanços rumo à autonomia germânica, entrou em vigor no ano de 1995 o “Tratado sobre as Relações entre a República Federal e as Três Potências” que colocou fim à ocupação

¹⁰ RUANE, Kevin. **The Rise and Fall of the European Defence Community: Anglo-American Relations and the Crisis of European Defence, 1950–55**. Nova Iorque: St. Martin’s Press, 2000

aliada e recuperou a soberania alemã. A reação soviética foi imediata com a instituição do Pacto de Varsóvia em maio de 1955, organização militar dos aliados do leste. Estava cada vez mais claro e tensa a polarização entre as duas Alemanhas, de forma que a rivalidade tomou forma de um muro. Em agosto de 1961, a construção que divide Berlim em duas para conter o trânsito de alemãs e de mercadorias entre as duas Repúblicas se torna o símbolo do período da Guerra Fria (CÂMARA, 2013; PEREIRA, 2009).

Como mencionado anteriormente, a questão do rearmamento alemão estava intimamente ligada à segurança de todo o continente europeu. Os demais Estados, também esgotados pela guerra, além de enfrentar problemas com suas economias e colônias, tinham que se reestruturar internamente sob ameaça do inimigo soviético. A integração da Alemanha no continente era uma das formas que ajudaria a amenizar a ameaça externa comum através do uso dos recursos econômicos e militares de uma Alemanha autônoma e soberana. Cada vez mais trabalhava-se para esse fim, e com tratados importantes já assinados e colocados em prática, como os Tratados de Paris e o Tratado sobre as Relações entre a República Federal e as Três Potências, restava mais um passo para fazer com que o processo de rearmamento cumprisse sua função: o ressurgimento do *Bundeswehr*. Cinco anos após a publicação do Memorando de Himmerod, finalmente a instituição das Forças Armadas alemãs é consolidada em junho de 1955, com Theodor Blank assumindo o posto de Ministro da Defesa (CORUM, 2011a; HOUSE, 2011).

3.2 O REARMAMENTO NA PRÁTICA: A CONSTRUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ALEMÃS

Após as negociações e a formalização da permissão para o rearmamento alemão, estava claro para todos os envolvidos que o processo de reconstrução militar estaria apoiado em um esforço conjunto dos países aliados – constatação essa que saiu dos estudos realizados na Conferência de Himmerod. Mais do que isso, estava claro também que os Estados Unidos da América seriam a peça principal desse processo, pois somente eles “tinham fundos, capacidade industrial e grandes estoques equipamentos excedentes razoavelmente modernos para fornecer aos alemães ocidentais o grau de suporte que eles precisariam¹¹” (CORUM, 2011b, p. 94, tradução nossa).

¹¹ Do original em inglês: “[...] only the United States had the funds, industrial capacity, and the large stocks of reasonably modern surplus equipment to be able to provide the West Germans with the degree of support they would need.”

O programa pensado pelos norte-americanos para treinar e equipar o novo *Bundeswehr* consistia em planos separados desenvolvidos por cada serviço militar estadunidense para apoiar o surgimento dos serviços militares alemães. Assim, diferentes relacionamentos foram surgindo entre as forças alemãs e norte-americanas. No entanto, enquanto a Força Aérea da Alemanha Ocidental rapidamente abraçou a doutrina, os equipamentos, a organização e os métodos da Força Aérea dos EUA; o Exército Alemão e o Exército Estadunidense encontraram diversos entraves à harmonia dessa relação (CORUM, 2011b).

No Memorando Himmerod foi estabelecido que: o Exército Alemão teria aproximadamente 12 divisões; a Marinha seria uma pequena força localizada apenas na defesa da costa, no Mar Báltico e do Norte; e a Força Aérea seria criada e equipada pelos Estados Unidos. Apesar de algumas discordâncias com Inglaterra e França, a proposta foi aceita e logo posta em prática principalmente devido à urgência dos Estados Unidos em manter a Europa segura das tensões da Guerra Fria e à política de Eisenhower, então presidente norte americano, em reduzir o orçamento de forças convencionais em benefício da ênfase em armamento nuclear – agenda que Eisenhower defendia desde 1948, quando chefe do Estado-Maior do Exército. Por ter sido o primeiro comandante supremo da OTAN, ele também era sensível à viabilidade de autodefesa da Europa. Uma Alemanha autônoma seria muito vantajosa, pois, embora os custos para reerguer o exército alemão fossem altos no início, o processo resultaria em uma Europa capaz de se defender sozinha e participar em conjunto – e não numa posição e dependência – com os Estados Unidos e a OTAN (CORUM, 2011b).

Uma das principais figuras que participaram da construção do *Bundeswehr* foi o General Lauris Norstad, que serviu como Comandante da Força Aérea dos Estados Unidos e da OTAN durante os anos de 1951 e 1956, trabalhando, portanto, para influenciar a organização, o treinamento, o equipamento e a doutrina da *Bundesluftwaffe* (do alemão, Força Aérea Federal). Uma das primeiras funções de Norstad foi alterar a concepção da Força Aérea pelos alemães, que, de acordo com o proposto no Memorando Himmerod, planejavam uma ala de apoio aéreo (*air corps*), e não uma verdadeira Força Aérea. As demais potências aliadas também acreditavam na importância de se constituir uma Força Aérea para que a mesma fosse capaz de trabalhar em conjunto e dar suporte para o Exército alemão, além de apoio futuro para demais integrantes da OTAN. No fim, chegou-se à conclusão de que a melhor maneira de desenvolver a Força Aérea era se espelhar no modelo norte-americano obtendo seus equipamentos, táticas, treinamento e organização (CORUM, 2011b).

No que diz respeito ao Exército Alemão, este não avançou sem problemas. Embora os Estados Unidos considerassem seus equipamentos em condições para serem passados aos

alemães, muitos oficiais germânicos apontavam que os rifles e metralhadoras americanas eram obsoletos mesmo quando comparados àqueles desenvolvidos pelos alemães durante a Segunda Guerra; tanques e veículos blindados também não foram poupados de críticas. A Alemanha, agora com a permissão para poder colocar a mão em armas, estava com pressa em montar seu novo Exército e queria fazer isso utilizando seu próprio equipamento pelo entendimento de que serviriam melhor em sua doutrina e por estarem em melhores condições. Tal pensamento revela que a Alemanha não sentia necessidade de copiar a prática americana em força terrestre, nem construir uma forma diferente de pensar sua estrutura militar daquela proposta no Memorando Himmerod (CORUM, 2011b).

Corum (2011b) levanta duas razões pelas quais as Forças se relacionaram de forma diferente frente às propostas de mudança pelos países aliados, principalmente às propostas dos Estados Unidos. A primeira é de caráter psicológico:

Os ex-oficiais do exército que construíram o *Bundesheer* não sentiram qualquer inferioridade em relação aos combatentes americanos. Na perspectiva deles, o Exército alemão da Segunda Guerra Mundial tinha sido, homem por homem, unidade por unidade, o melhor exército. Eles acreditavam que o treinamento, as táticas, a liderança unitária e o equipamento alemão tinham sido superiores nas batalhas e que o Exército alemão havia sofrido derrotas principalmente devido à enorme superioridade em número de homens e de material das forças aliadas (CORUM, 2011b, p.106, tradução nossa)¹².

A *Luftwaff* foi derrotada decisivamente pela Europa muito antes do fim da Guerra Mundial. Em 1943, a *Luftwaff* perdeu a capacidade de fornecer apoio efetivo aos exércitos terrestres, enquanto os Aliados Ocidentais poderiam fornecer um apoio aéreo maciço, preciso e devastador às tropas da linha de frente. No início de 1944, a *Luftwaff* tinha perdido a superioridade aérea sobre a Alemanha e isso permitiu que os Aliados bombeassem qualquer alvo no Reich com perdas relativamente baixas (CORUM, 2011b, p.106, tradução nossa)¹³.

Encontramos a diferença nos campos de batalha durante a Segunda Guerra Mundial. É possível enxergar que existe uma diferença na visão de desempenho de cada força armada singular alemã em relação às equivalentes dos outros países contra os quais enfrentaram. O desempenho na Segunda Guerra, o conflito armado que resultou na intervenção externa e no

¹² Do original em inglês “The former army officers who built the *Bundesheer* did not feel any inferiority towards their American counterparts. Their attitude was generally that the German army of World War II had been, man for man and unit for unit, the better army. They believed that German training, tactics, unit leadership, and equipment had been generally superior in battle and that the German army had suffered defeat primarily due to the overwhelming superiority in numbers of men and material of the Allied forces”.

¹³ Do original em inglês: “The *Luftwaffe* had been decisively defeated in the air over Europe long before the end of the World War. By 1943 the *Luftwaffe* had lost the ability to provide effective support to the ground armies while the Western Allies could provide massive, accurate, and devastating air support to their front line troops. By early 1944 the *Luftwaffe* had lost air superiority over Germany, and this allowed the Allies to bomb any target in the Reich with relatively low losses.”

desmantelamento das Forças Armadas, revelou que a Alemanha não necessitava repensar a forma que se dariam todas as suas operações ou como seriam seus equipamentos em todos os âmbitos militares, apenas aqueles que de fato precisavam rever suas ações e passar pela retirada das doutrinas nazistas. Corum traz sua segunda razão, dessa vez no âmbito econômico:

Em meados da década de 1950, a indústria alemã havia se recuperado da guerra e a economia estava crescendo. Não seria difícil para as empresas alemãs produzir armas modernas de alta qualidade para o exército. Por exemplo, a indústria de veículos cresceu rapidamente na década de 1950 e foi capaz de produzir veículos blindados superiores, caminhões e jipes de design e fabricação alemães em meados da década. Se a Bundeswehr pudesse exigir algum armamento excedente dos Estados Unidos para equipar suas primeiras unidades, essa situação não duraria muito. Em 1960, a indústria alemã conseguiu produzir protótipos do excelente tanque de batalha Leopard I e um destruidor de tanques com armas de fogo (CORUM, 2011b, p.107, tradução nossa)¹⁴.

Em contraste, a indústria aeronáutica alemã ainda não havia se recuperado da Guerra Mundial. Sob uma estrita regulamentação pós-guerra pelas potências de ocupação, as empresas de aeronaves alemãs que sobreviveram no início da década de 1950 eram pequenas operações que produziam pequenas quantidades de aviões de utilidade leve. A indústria da aviação alemã poderá, em alguns anos, construir jato básicos de treino e aeronaves de transporte. No entanto, a indústria da aviação da Alemanha Ocidental, no início da década de 1950, não tinha capital, trabalhadores treinados, capacidade da planta ou instalações de pesquisa para construir aeronaves de jato modernas. Além disso, o setor de aviação alemão era gerações atrás dos americanos e britânicos em termos de projetar e construir aviões modernos (CORUM, 2011b, p.107, tradução nossa).¹⁵

De forma parecida, a recuperação econômica da Alemanha condiz com a capacidade ou necessidade que suas Forças irão precisar. Pensando no longo prazo, o Exército alemão consegue se ver autônomo projetando seus próprios recursos enquanto que a Força Aérea precisa de auxílio externo para se reestabelecer e alterar ações que já não estavam funcionando em épocas passadas.

No que tange à criação da Força Naval (*Bundesmarine*) da Alemanha Ocidental, seus preparativos prosseguiram em dois níveis: uma equipe de *Kriegsmarine* (almirantes de guerra)

¹⁴ Do original em inglês: “By the mid-1950s German industry had recovered from the war, and the economy was booming. It would not be difficult for German firms to produce high-quality modern arms for the army. For example, the vehicle industry had grown rapidly in the 1950s and was capable of producing superior armored vehicles, trucks, and jeeps of German design and manufacture by mid-decade. If the Bundeswehr might require some surplus U.S. weaponry to equip its first units, this situation would not last for long.²⁰ By 1960 German industry was able to produce prototypes of the superb Leopard I battle tank and a missilearmed tank destroyer.”

¹⁵ Do original em inglês: “In contrast, the German aircraft industry had not yet recovered from the World War. Under strict post-war regulation by the occupying powers, the German aircraft firms that survived in the early 1950s were small operations that produced small quantities of light utility planes. The German aviation industry might be able, in a few years, to build basic jet trainers and transport aircraft. However, the West German aviation industry in the early 1950s did not have the capital, trained workers, plant capacity, or research facilities to build modern jet aircraft. Moreover, the German aviation industry was generations behind the Americans and British in terms of designing and building modern planes.”

foi reunida pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha a fim de dar continuidade ao seu trabalho na futura Marinha; e duas organizações marítimas, a Unidade Bravo de Serviço de Trabalho e a *Seegrenzschutz*¹⁶ da Alemanha Ocidental, foram fundadas com a finalidade de iniciar instalações marítimas e treinamento náutico não militar (PEIFER, 2011). Demais Unidades de Serviço de Trabalho foram estabelecidas na Alemanha com o propósito principal de desativar minas marítimas da Segunda Guerra Mundial. Em uma dessas unidades o “pessoal e os barcos foram postos no trabalho de limpar minas varrendo mais de 400 milhas quadradas¹⁷ entre 1951 e 1956” (PEIFER, 2011, p.123, tradução nossa)¹⁸. A *Seegrenzschutz* foi um precursor da organização da Marinha Alemã sendo formada, organizada e administrada pelo próprio país desde o início em 1951 (PEIFER, 2011).

Na mesa de negociações, os planos para a construção da Marinha sofreram algumas alterações desde a Conferência de Himmerod devido à Guerra da Coreia, que fez com que fossem repensadas as estratégias militares; à entrada da Alemanha Ocidental na OTAN, a qual exigia que a Marinha convergisse com os preceitos da organização; e à proliferação de armas nucleares, que exigiu que as doutrinas dos países fossem repensadas. Dessa forma, as principais missões de tal Força seriam:

Ajudar a impedir que as forças navais inimigas penetrem no Mar do Norte através das saídas do Báltico e do Canal de Kiel; interditar ao máximo as linhas de comunicação soviéticas no mar do Báltico; participar da defesa aliada da costa do Báltico do norte da Alemanha e das ilhas dinamarquesas; e ajudar a manter linhas de comunicação marítimas aliadas nas águas costeiras alemãs e nas águas adjacentes (PEIFER, 2011, p.133, tradução nossa)¹⁹.

As negociações para a transferência das Unidades de Serviço de Trabalho do controle norte-americano para o controle alemão tiveram início antes mesmo da criação oficial do *Bundeswehr*, em 1955, e “o primeiro processo de transferência começou em junho de 1956 e outras transferências colocaram todo o patrimônio material da organização sob controle do *Bundesmarine* em julho de 1958” (PEIFER, 2011, p.125, tradução nossa)²⁰. O autor sintetiza a criação complexa e dispersa da Força Naval Alemã:

¹⁶ Forma de organização de Guarda Costeira (PEIFER, 2011, p.125).

¹⁷ Cerca de 740,8 km²

¹⁸ Do original em inglês: “[...] personnel and boats were put to work clearing mines, sweeping more than 400 square miles of water between 1951 and 1956”.

¹⁹ Do original em inglês: “to assist in preventing enemy naval forces from penetrating into the North Sea through the Baltic Exits and the Kiel Canal; to interdict to the maximum extent Soviet sea lines of communication in the Baltic; to participate in the Allied defense of the North German Baltic coast and the Danish islands; and to assist in maintaining Allied sea lines of communication in the German coastal waters and adjacent waters”.

²⁰ Do original em inglês: “The first transfer proceedings began in June 1956, and further transfers placed the entire material assets of the organization under *Bundesmarine* control by July 1958”.

[...] O *Bundesmarine* foi formado com base em organizações marítimas preexistentes que já reuniram um núcleo de oficiais experientes, treinaram pessoal alistado, barcos, equipes e instalações. No topo, o primeiro chefe do *Bundesmarine* e seu deputado moldaram discretamente o planejamento para o *Bundesmarine*. [...] E no nível do solo, o *Seegrenzschutz*, as Unidades de Serviço de Trabalho e outras organizações marítimas pré-existentes formaram um reservatório de talentos, pessoal e equipamentos que permitiram que o *Bundesmarine* surgisse com bastante rapidez em 1956. O *Bundesmarine* era uma nova criação, mas uma boa parte de suas pessoas, barcos, equipamentos e instalações já estavam implantadas ao longo do Mar do Norte e do Báltico antes de sua fundação oficial (PEIFER, 2011, p.141, tradução nossa)²¹.

Nota-se, portanto, que as três Armas receberam tratamentos diferentes, pois, sob a visão dos líderes alemães, nem todos os equipamentos ou doutrinas precisavam ser submetidos a mudanças. O auxílio externo na reestruturação das Forças não resultou em uma atualização do inventário militar alemão comparável às demais potências de forma a apresentar limitações na atuação externa, postura essa reforçada pela preferência em dar ênfase à cooperação e à integração frente ao combate armado (TRIZOTTO, Laís H. A. et al, 2013).

Em meio à revisão das demandas de reconstrução de cada uma das Forças Alemãs, um debate teórico passava pelas mesas de negociação entre os líderes alemães. “Um dos aspectos mais interessantes e únicos da criação da *Bundeswehr* foi a introdução de uma nova filosofia de liderança e comportamento militar: ‘Innere Fuehrung’, o nome do novo conceito, é um desses termos alemães que abrange um amplo espectro de ideias²²” (Naumann, 2011, p. 205, tradução nossa). Na tradução literal, ele significa “liderança interna”; porém, como não transmite o verdadeiro significado uma forma de se referir o termo é “código de serviço militar” e o debate sobre os seus princípios organizacionais e filósofos que dariam o norte à cultura das novas forças durou da criação do *Bundeswehr* até os anos de 1970. O debate era fundado na questão de como deveria ser a relação entre as Forças Armadas, o governo e a sociedade; e como deveria ser formado o “soldado cidadão” (Naumann, 2011).

O atual Livro Branco da Alemanha enfatiza a importância da filosofia da *Innere Fuehrung* como indispensável para a ação individual e coletiva das Forças Armadas, pois “[...] permite que os militares homens e mulheres atuem com confiança, convicção e habilidade e

²¹ Do original em inglês: “[...] The *Bundesmarine* was formed by drawing upon preexisting maritime organizations which had already assembled a core of experienced officers, trained enlisted personnel, boats, staffs, and facilities. At the top, the *Bundesmarine*’s first chief and his deputy had discreetly shaped planning for the *Bundesmarine*. [...] And at the ground level, the *Seegrenzschutz*, the LSU (B), and other pre-existing maritime organizations formed a reservoir of talent, personnel, and equipment that allowed the *Bundesmarine* to emerge quite rapidly in 1956. The *Bundesmarine* was a new creation, but a good portion of its people, boats, equipment, and facilities were already in place along the North Sea and Baltic prior to its official foundation”.

²² Do original em inglês: “One of the most interesting and unique aspects of the creation of the *Bundeswehr* was the introduction of a new philosophy of military leadership and soldierly behavior. ‘Innere Fuehrung,’ the name of the new concept, is one of those German terms that encompasses a broad spectrum of ideas”.

façam julgamentos sólidos. Isso lhes dá coragem e segurança para chegar a decisões responsáveis e eticamente informadas²³” (ALEMANHA, 2016, p. 113, tradução nossa). Tal princípio revela bem a preocupação do país em manter afastado os pensamentos autoritários que guiaram o nazismo, trabalhando para além das habilidades manuais desenvolvidas pelo serviço militar reforçando os valores democráticos da sociedade reconhecendo diferentes origens, antecedentes e motivações para a atuação coletiva (ALEMANHA, 2016).

3.3 OS ANOS 1990: REUNIFICAÇÃO E PRIMEIRAS REFORMAS

O fim da Guerra Fria foi um grande ponto de inflexão para a Alemanha e implicou em diversas mudanças; a principal delas foi a queda do Muro de Berlim e a posterior reunificação da RFA e RDA depois de 30 anos de separação que constituiu a República da Alemanha. A aglutinação das duas ex-repúblicas não foi fruto de alguma negociação diplomática, ela só foi possível ao longo e delicado processo realizado por antigos chanceleres da Alemanha Ocidental e que concretizaria agora sob a chancelaria de Helmut Kohl:

[...] a integração ocidental de Adenauer; a abertura para o Leste de Brandt; o compromisso de observância dos direitos humanos e o reconhecimento das fronteiras no Leste europeu pela Ata Final da reunião da CSCE de Helsinque (1975); o decidido apoio de Schmidt ao controle dos arsenais nucleares na Europa e à paridade entre os dois blocos; e a política de cooperação com a RDA, nos marcos de Brandt/Bahr, perseguidas também por Schmidt e Kohl (CÂMARA, 2013).

A somatória desses legados culminou, na Alemanha Ocidental, em uma postura de menor aversão e maior cooperação e a distensão promovida pela União Soviética sob governo de Mikhail Gorbachov com as políticas da *Glasnost* e *Perestroika* revelou o esgotamento do bloco soviético que resultaram na dissolução da RDA. Todavia, a reunificação não ocorreu sem protestos: a UDC se posicionou contra, de forma a deixar viva o pensamento de Adenauer, e o Partido Verde, ainda que não tenha firmado uma posição coesa, se manifestou majoritariamente contra. No âmbito europeu, temeu-se que a integração regional fosse esquecida e que o nacionalismo alemão se restabelecesse de forma que líderes como Margareth Thatcher se colocassem contra a reintegração (CÂMARA, 2013).

Nesse momento retoma-se à Lei Fundamental estabelecida na fundação da República Federal da Alemanha. Estava previsto duas ações na ocorrência da reunificação: ou os estados

²³ Do original em inglês: “[...] enables servicemen and women to act with confidence, conviction and skill and make sound judgements. It gives them the courage and assurance to arrive at responsible and ethically informed decisions.”.

do lado leste eram integrados à Lei ou ocorreria uma nova assembleia constituinte; ainda havia uma terceira possibilidade em que as duas ações poderiam acontecer na sua respectiva ordem (adesão à Lei Fundamental seguida de uma assembleia constituinte). A negociação no âmbito econômico se deu em torno do “Tratado sobre o Estabelecimento da União Monetária, Econômica e Social entre a RFA e a RDA” que iria impor o padrão monetário vigente da República Federal (CÂMARA, 2013). Assim como todas as outras mudanças e incorporações, tendo em vista de que a RDA estava sob domínio soviético e o mesmo desaparecera, seria natural que o modo de vida estabelecido na RFA – e do mundo ocidental – prevalecesse na constituição no novo país.

Um importante acontecimento dessa época foi a assinatura do Tratado 2 + 4, cujo nome faz alusão às duas Alemanhas e às quatro potências que as ocuparam no pós-guerra. O Tratado estabelecia a paz e a unificação das ex-repúblicas e determinava pontos importantes para as Forças Armadas alemãs, como a renúncia de armas nucleares, químicas e bacteriológicas e a limitação do contingente a um número não superior a 370mil. Tal limitação levou à primeira reforma das forças militares, pois levou ao corte pela metade dos contingentes da *Bundeswehr* da RFA com a *Volksarmee* da RDA, e ao fim do serviço militar compulsório, de forma que as capacidades alemãs fossem focadas em operações de gerenciamento global de crises. Além disso, essa época trouxe um sentimento de que as ameaças externas haviam diminuído e isso se refletiu na redução da prioridade dos assuntos militares em face das diversas questões econômicas surgidas com a reunificação (CÂMARA, 2013; ALEMANHA 2016).

O processo de integração das duas Alemanhas, no âmbito militar, se caracterizou mais pelo desmantelamento das estruturas da República Democrática do que pela incorporação das mesmas à República Federal. Enquanto o Ocidente comemorava a queda do muro, os membros do *Volksarmee* já esperavam ficar inativos devido à provável dissolução da entidade militar. Todavia, foi estabelecido no Tratado de Unificação (*Einigungsvertrag*) que 25% do *Bundeswehr* deveria ser preenchido com o efetivo do lado oeste e, dessa forma, 20.000 soldados foram incorporados. Esse foi um processo delicado em que o sentimento de anticomunismo da Alemanha Ocidental colocava os alemães do oriente como inimigos, visto que defendiam o “regime ilegal” do bloco soviético, enquanto os alemães da República Federal se viam como parte de um país legítimo e democrático (BICKFORD, 2009).

O exército de cada uma das Repúblicas alemãs havia sido estruturado e moldado ideologicamente por duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, e, por isso, a reunificação não foi simplesmente a reunião de duas Alemanhas separadas pela guerra, mas sim de dois sistemas e visões de mundo completamente diferentes (BICKFORD, 2009). O

surgimento do novo Estado alemão requereu não apenas o reconhecimento internacional, mas também o interno para estabelecer a coesão e o sentimento de que os alemães, que uma vez viveram em lados opostos, pertencem a mesma pátria.

Um outro ponto importante do Tratado 2 + 4 é que este conferiu total soberania alemã sobre seus assuntos internos e externos, o que trouxe um novo *status* ao papel da Alemanha a nível europeu e mundial, visto que agora possuía os mesmos direitos, obrigações e responsabilidades como qualquer outro estado do Sistema Internacional. O fim da bipolaridade e a nova condição do país fariam com que, mais uma vez, ele passasse por um processo de reinserção no cenário internacional. De acordo com Lantis (1996), como consequência do profundo processo de integração, foi requerido que a Alemanha se fizesse presente em conflitos internacionais, principalmente aqueles em que a OTAN e seus integrantes estavam envolvidos. O país foi inserido em operações internacionais na década de 1990 no Golfo Persa, na Somália, na Iugoslávia, nos Balcãs, por exemplo, de forma que o envolvimento em combates externos se consolidou como um novo marco na política de segurança alemã, indo na direção contrária à crença da sociedade de que os gastos públicos se dariam no âmbito do desenvolvimento econômico e social (WEISS, 2016).

Essa seria uma época marcada por novos e desconhecidos riscos que surgiriam pelo início da globalização. Muitos desses riscos eram consequência do vácuo de poder deixado pela União Soviética, que se manifestaram em movimentos de secessão e independência, e devido aos Estados falidos da África e Oriente Médio que se apresentaram como uma ameaça devido a escalada do terrorismo a nível internacional. Além disso, a Alemanha começou a se engajar em Missões de Paz da ONU onde atuou em tarefas exclusivamente humanitárias não havendo envolvimento em combate (WEISS, 2016). De acordo com Baumann e Hellmann (2001), é possível dizer que os conflitos recentes e a pressão internacional para participação nos mesmos têm contribuído para uma “remilitarização” da política externa alemã.

No Golfo Persa, a Alemanha conferiu “ajuda puramente econômica aos estados mais afetados pela invasão e apoio puramente financeiro para a coalizão militar reunida no Golfo²⁴” (LANTIS, 1996, p.22, tradução nossa), enquanto que na Somália a participação foi com tropas de caráter humanitário de manutenção de paz. O Bundeswehr especializava-se em ser uma força de estabilização: em 1995 o país se fez presente nos Balcãs com mais de 5000 soldados na Força de Implementação de Paz (IFOR, na sigla em inglês) e mais tarde na Força de Estabilização (SFOR, na sigla em inglês) na Bósnia e Herzegovina. Tal postura perdurou até o

²⁴ Do original em inglês: “[...] by providing purely economic aid to those states most affected by the invasion and purely financial support for the military coalition assembling in the Gulf”.

envolvimento com a guerra do Kosovo em 1998, justificado pela “persuasão do chefe do Partido Verde e a vice-chanceler para convencer seu partido de que a Alemanha – com sua história do Holocausto – não poderia mais lavar as mãos na inocência à luz de uma iminente catástrofe humanitária entre os albaneses²⁵” (WEISS, 2016, tradução nossa).

Paralelo ao envolvimento no âmbito militar internacional, em fevereiro de 1992, a Comunidade dos Estados Europeus se transformava na União Europeia através da assinatura do Tratado de Maastricht, que estabelecia uma unidade monetária comum. Sendo este o acordo de integração mais profundo até o momento, além de significar a união econômica e política dos membros, ele expressou o antigo projeto de uma ação conjunta no âmbito de política externa e de segurança através da criação de um pilar específico: a Política Externa de Segurança Comum (PESC) (CÂMARA, 2013).

Em meio a tantas mudanças nas dinâmicas globais, a Alemanha permaneceu exercendo a mesma política pacífica e de cooperação e participando nos principais espaços multilaterais, OTAN e União Europeia, mantendo um alto nível de continuidade da sua política externa. Seguindo tal tendência, surge outra iniciativa multilateral no âmbito militar: o *Eurocorps*. Anunciada em 1992, a proposta da iniciativa era defender o território dos aliados da OTAN e UE, engajar em missões de paz e fornecer assistência humanitária. A proposta do *Eurocorps* em se formar uma identidade de defesa fora da OTAN causou atrito com a organização, pois essa última teme perder o peso político que possui em questões de segurança na Europa (MEIERS, 2002).

Ao mesmo tempo que a organização liderada pelos Estados Unidos tenta se fazer mais presente no outro lado do Atlântico Norte, os países europeus buscam se fortalecer entre si. A criação do *Eurocorps* revela uma tentativa da França em trazer a Alemanha para a ideia de uma Europa mais autônoma; da mesma forma, a Alemanha acredita que pode aproximar a França da OTAN por meio dessa nova organização. Ainda que a criação do *Eurocorps* aponta para a tendência de afastamento da OTAN, a Alemanha vê nessa nova força uma forma de fortalecer a defesa europeia para complementar a atuação na OTAN, e não de se opor a ela (MEIERS, 2002).

O crescente envolvimento internacional trouxe incertezas e desafios para a Alemanha: era correto fazer o uso da força? Que postura assumir diante dos desequilíbrios internacionais? Como conciliar os interesses dentro da Europa e na OTAN? Cada vez mais questionamentos

²⁵ Do original em inglês: “[...] Green Party chief and Vice Chancellor Joschka Fischer’s persuasiveness to convince his party that Germany—with its history of the Holocaust—could not wash its hands in innocence anymore in light of an imminent humanitarian catastrophe among the Albanian people”.

como esses surgiam, ao mesmo tempo em que mais conflitos internacionais rompiam-se e começavam a envolver a Alemanha em operações de combate.

4 AS FORÇAS ALEMÃS E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Cientes de como se deu o rearmamento alemão e os principais acontecimentos a partir do final do conflito mundial, desde o final da Guerra Fria, a Alemanha vem enfrentando diversos e novos desafios no Sistema Internacional os quais exigem que a mesma não possa manter-se neutra ou passiva diante da mobilização internacional. Para Berger (1997), quando a estrutura internacional muda, o comportamento dos Estados é obrigado a mudar independentemente de suas lições e valores passados; era provável que a Alemanha não mantivesse sua política pacifista e antimilitar estabelecida com o fim da guerra e começasse a se comportar de maneira mais assertiva diante dos conflitos internacionais. A Segunda Guerra Mundial não foi somente uma derrota militar, mas também moral e a aceitação de tal responsabilidade moral levou a revisão do papel da instituição militar e do papel da Alemanha no Sistema Internacional (BERGER, 1997).

Já o fim da Guerra Fria se caracterizou por uma transformação social na Alemanha que impactou as Forças Armadas, pois as mesmas estavam procurando redefinir seu papel e redesenhar suas estruturas para enfrentar novos desafios internacionais e domésticos que ascenderiam dos “novos tempos” definido como: “crescimento da complexidade do risco, globalização, realocação da autoridade política para as agências transnacionais e subnacionais, desafios à soberania nacional e impacto das comunicações globalizadas sobre a relação entre política e opinião pública”²⁶ (DANDEKER, 1994, p. 637, tradução nossa). Mais uma vez, o cenário internacional iria desafiar o país a se posicionar frente aos novos desafios que exigiriam uma participação no âmbito militar em conjunto com os países aliados.

O quarto capítulo traz um levantamento dos acontecimentos mais importantes da Europa e do mundo no presente século que se relacionam com o papel da Alemanha no Sistema Internacional e incidem sobre suas Forças Armadas. Primeiramente, apresentaremos a participação alemã em conflitos internacionais e os questionamentos nacional e mundial de tal envolvimento; em seguida, trazemos a atuação alemã dentro dos meios multilaterais e os principais acontecimentos que têm enfatizado o seu protagonismo. Por fim, faremos um levantamento das medidas necessárias para a evolução do *Bundeswehr* para que o mesmo possa atender às demandas nacionais e internacionais.

²⁶ Do original em inglês: “[...] growth of risk complexity, globalization, the relocation of political authority to transnational and subnational agencies, challenges to national sovereignty, and the impact of globalized communications on the relationship between politics and public opinion.”

4.1 A ALEMANHA E A PARTICIPAÇÃO EM CONFLITOS: QUESTIONAMENTOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS

Como vimos, as instituições alemãs renasceram apoiadas na cooperação internacional e tiveram seus princípios moldados de forma a serem integradas à uma organização militar internacional que iria cobrar sua participação em conflitos internacionais. De acordo com Weiss (2013), a cada vez maior “globalização da insegurança” fez com que os Estados Unidos engajassem seus aliados em suas incursões pelo Oriente Médio para combater na sua origem, o terrorismo que se alastrava pelo mundo Ocidental. Logo no início do século XXI a Alemanha foi requerida pelos Estados Unidos e OTAN para fazer frente ao combate ao terrorismo quando houve o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque em 11 de setembro de 2001. Tal acontecimento é considerado um marco importante na mudança da percepção militar não só dentro da Alemanha, mas em todo o mundo ocidental, pois denunciou a necessidade de se preparar para ataques e riscos não convencionais; o pensamento estratégico estava mudando e os limites geográficos não eram mais um fator crucial para as novas ameaças terroristas do século XXI. Foi nesse momento de transição mundial que a Alemanha lançou, em 2006, seu primeiro Livro Branco propondo a adaptação do *Bundeswehr* a essa nova realidade (NOETZEL; SCHREER, 2008).

A iniciativa da OTAN com a Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF, *International Security Assistance Force*, na sigla em inglês) que atuou no Afeganistão a partir de 2001 gerou uma enorme pressão no governo alemão não só pela participação no território afegão, mas para participar da operação fazendo o uso da força uma vez que “os aliados da OTAN, como a Grã-Bretanha e o Canadá, estavam perdendo mais e mais soldados na luta contra os insurgentes e estavam cada vez menos dispostos a assumir esse fardo sozinhos”²⁷ (NOETZEL; SCHREER, 2008, p. 211, tradução nossa). O artigo 5 da Carta da OTAN havia ganho uma nova interpretação com o 11 de setembro: a solidariedade da aliança não seria acionada somente quando um aliado estivesse em perigo, mas também no caso de grandes ataques terroristas; sendo assim, a Alemanha se viu no dever de se juntar aos Estados Unidos na Guerra ao Terror (WEISS, 2016). Entre 2002 e 2014, as Forças alemãs foram a terceira maior contribuição²⁸ na ISAF e se concentraram no norte do Afeganistão de forma que não se esperava envolvimento em combate contra os insurgentes, pois esses estavam localizados no Sul,

²⁷ Do original em inglês: “NATO allies, such as Britain and Canada, are losing more and more soldiers in fighting insurgents and are less and less willing to shoulder this burden by themselves”.

²⁸ A Alemanha enviou mais de 5000 soldados para o Afeganistão (WEISS, 2016).

permanecendo focado no trabalho de estabilização e reconstrução do país²⁹. A expansão da operação e o crescente número de ataques às forças de estabilização fizeram com que fosse cada vez mais difícil sustentar a participação na operação devido à iminência de um combate armado (NOETZEL; SCHREER, 2008).

A atuação da Alemanha no Afeganistão revela mais do que um debate interno sobre um episódio isolado de participação internacional, mas sobre o papel das Forças Armadas do país, que agem com restrição no emprego da força seguindo uma cultura de aversão ao envolvimento em combate, além de não possuírem capacidades vitais de formular planos operacionais. A elevada presença alemã no Afeganistão chamou atenção da sociedade e quanto mais mortes dos soldados ou de civis ocorriam, mais ficava difícil justificar a continuidade da participação e denominá-la como uma “operação de estabilização civil-militar” (WEISS, 2016). De acordo com Noetzel e Schreer (2008), o comportamento alemão em relação ao uso da força, muitas vezes, não corresponde às expectativas dos países aliados, como aconteceu no episódio do Afeganistão, em que se esperou maior participação ativa em conflitos armados. Os autores atribuem tal deficiência à falta de experiência em participar de conflitos menores depois da Segunda Guerra Mundial, visto que ainda existe uma carência em especialização e operacionalização, e que através de uma experiência operacional em que a força tenha sido empregada será possível fazer com que as Forças Armadas tenham outra visão desse emprego, de forma a implicar em uma mudança na visão da elite política do país contribuindo para que seja repensado o papel das Forças Armadas nas políticas de segurança e externa da Alemanha (NOETZEL; SCHREER, 2008).

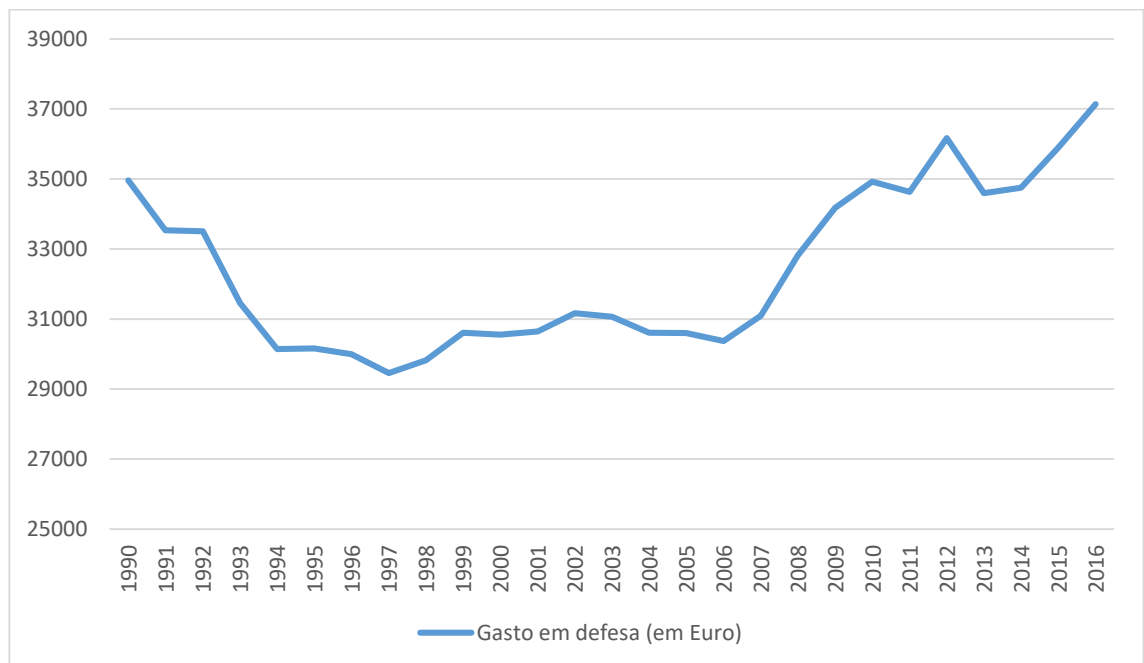
A legitimidade das Forças Armadas alemãs não é questionada apenas no âmbito internacional, dentro das esferas da OTAN e Missões de Paz da Organização das Nações Unidas. Segundo Dandeker (1994), a defesa dos interesses próprios e a defesa nacional são de grande impacto na relação civil-militar do país, que até os dias de hoje é uma relação a ser melhorada e que possui grande peso. Na perspectiva social, o autor explica que sem uma ameaça iminente desde o final da Guerra Fria, é esperado que haja uma pressão da sociedade sobre as Forças Armadas, pois “os setores influentes do público, e certamente os governos de qualquer dimensão política, provavelmente irão querer gastar mais em bens não-militares, como

29 Uma força especial da Alemanha, a *Kommando Spezialkräfte* (KSK), atuou no combate dos insurgentes no Afeganistão no âmbito da Operação Paz Duradora (OEP, na sigla em inglês) que lutava diretamente contra o Taleban e Al-Qaeda (NOETZEL; SCHREER, 2008).

transporte, saúde, meio ambiente e outras dimensões da infraestrutura”³⁰ (DANDEKER, 1994, p. 645) e que não haja fomento a participação militar. Ainda, Lungu (2004) identifica que é difícil encontrar algum instituto na Alemanha que possua algum conteúdo publicado com relação ao “pensamento estratégico alemão” de forma a revelar que, se nem mesmo a Academia alemã possui um grande debate sobre o papel das Forças Armadas no âmbito social, muito menos a sociedade civil como um todo irá ter recursos e preocupações com tal questão. Indo ainda mais fundo na crítica à Alemanha, o autor afirma que “este país não se destaca particularmente no realismo estratégico, na visão de longo prazo ou na coragem política” (LUNGU, 2004, p. 262).

Acompanhando a evolução dos gastos da Alemanha com defesa, como apresentado no Gráfico 1, podemos identificar uma tendência ao crescimento do investimento militar a partir de 2007, todavia, quando este é inserido dentro do PIB, evidenciado no Gráfico 2, percebemos que há uma redução da parcela destinada a tal setor. A cada vez menor destinação de esforços financeiros para a defesa corrobora com a postura pacifista de aversão ao uso da força praticada pela Alemanha.

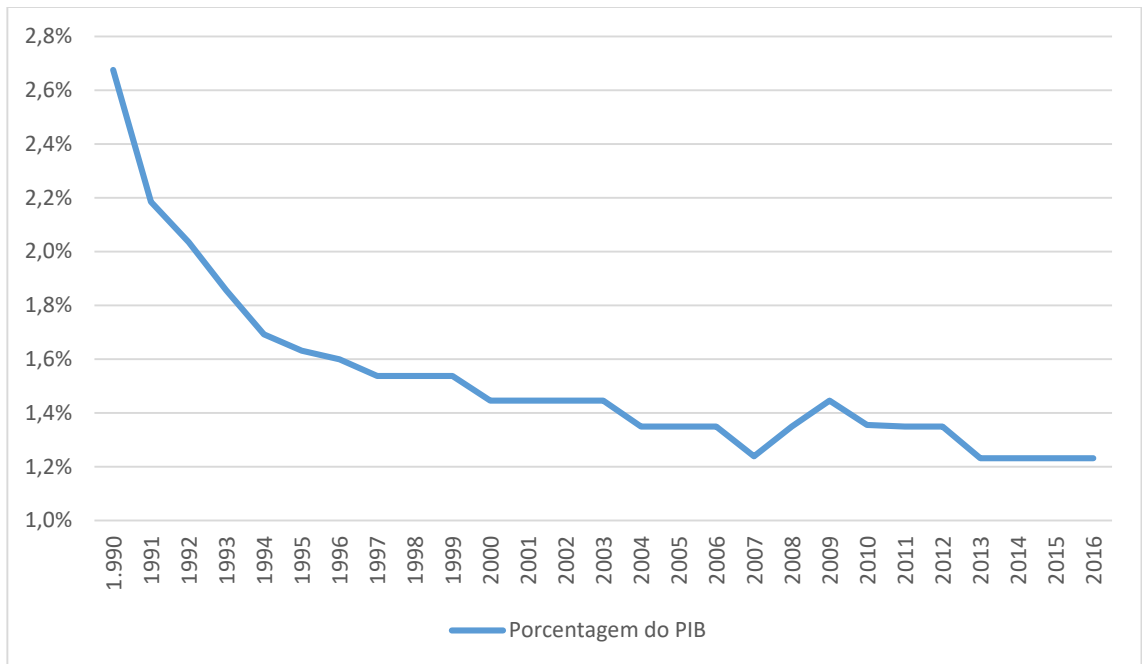
Gráfico 1 – Gasto militar em bilhões de Euros (1990-2016)



Fonte: SIPRI, 2018. Elaborado pela autora.

³⁰ Do original em inglês: “Influential sectors of the public, and certainly governments of whatever political hue, are likely to want more to be spent on non-military goods such as transport, health, the environment and other dimensions of infra-structure”.

Gráfico 2 – Porcentagem do PIB destinada à Defesa (1990-2016)



Fonte: SIPRI, 2018. Elaborado pela autora.

4.2 PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS: PROTAGONISMO E PRESSÃO INTERNACIONAL

Outra pauta de grande relevância para a Alemanha nos dias atuais é a participação nas instituições multilaterais, principalmente na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Focando-se em tal questão, Meiers (2002) explora o assunto uma vez que a Alemanha é vista como parte essencial na manutenção da paz e da estabilidade do continente europeu e, com a própria Alemanha consciente de tal questão, a presença alemã nos meios multilaterais teve grande efeito nas ações externa e de defesa do país, principalmente o da continuidade da política pacifista e anit-militarista. O autor acredita que tal continuidade se deva à crença de que as instituições socializam os efeitos das decisões tomadas e de que a confiança na política de segurança da Alemanha não mudou, ainda que seu peso na Europa tenha crescido.

O crescimento da população e economia alemãs foram vistos com apreensão e o objetivo da política externa alemã era desfazer o temor de que era possível nascer um “Quarto Reich”; dessa forma, a unificação do país era um dos caminhos para manter e aprofundar o processo de integração europeia visto sua crescente habilidade em impor ideias, conceitos e prioridades. Além disso, o esforço de fazer com que as instituições multilaterais europeias dessem certo

resultou na mudança dessas de um espaço de proteção e desenvolvimento para um meio de grande protagonismo e responsabilidades internacionais (MEIERS, 2002).

A participação na União Europeia é de grande peso até os dias de hoje; porém, a relação com a instituição vem sofrendo as consequências das mudanças nas dinâmicas do continente. Desde o início do século, o bloco europeu vem enfrentando o desafio de manter-se integrado para manter-se como um ator internacional de relevância e evitar que a polarização entre a influência russa e estadunidense o rache. Uma nova fase sobre o futuro da organização viria com a decisão do Reino Unido em realizar um plebiscito para saber se a retirada do país do bloco teria adesão ou não; o resultado positivo de tal questionamento e a consolidação do movimento *Brexit*³¹ estremeceram a legitimidade e eficácia da União Europeia. As principais justificativas para a realização do referendo para saída da Grã-Bretanha foram o desagrado da população contra as políticas econômicas (austeridade) e migratórias do bloco além “[d]a xenofobia; [d]o descontentamento com as elites e governos; [d]o nacionalismo; [d]a aversão ao neoliberalismo; [d]a má situação financeira; e [d]a baixa qualidade do discurso político” (MCKELVEY, 2016³² *apud* MEDEIROS; PRATES, 2016, p. 13).

As justificativas de tal acontecimento se encaixam dentro de uma conjuntura de crise e transição mundial caracterizadas pelo avanço do nacionalismo de extrema direita, deslocamento em massa de refugiados do Oriente Médio para a Europa (principalmente para a Alemanha), preocupação com a recuperação econômica dos países centrais e competição com os países da Ásia. Essas são consequências ligadas à crise econômica global originada nos Estados Unidos em 2008 que, ao cruzar o Atlântico e atingir a Europa, acentuou o desemprego e políticas de austeridade, o que levou ao desgaste da política de bem-estar social europeia principalmente de Reino Unido, Espanha e Itália (VISENTINI, 2015). Sendo essa uma reação a crises passadas e ao contexto mundial atual, a decisão unilateral do Reino Unido em sua saída fere os princípios da integração e ainda abre precedente para que outros sigam o mesmo caminho; porém, se atentando ao fato de que o país britânico se encontrava em uma posição privilegiada em comparação aos demais membros (não adesão ao euro e ao Espaço Schengen, por exemplo), o episódio pode ter reverberações benéficas e causar menos entraves à cooperação para a consolidação de uma União Europeia mais forte (PECASTAING, 2016³³ *apud* MEDEIROS;

³¹ Abreviação de “Britain” e “Exit” que aglutinadas significam “saída britânica” em livre tradução.

³² MCKELVEY, Charles. *Brexit: A Sign Of World-System Crisis*. **Global Learning**. 2016. Disponível em: <<http://www.globallearning-cuba.com/blogum/the-view-from-the-southuml/brexit-a-sign-of-world-system-crisis>>.

³³ PECASTAING, Camille. *Please Leave*. **Foreign Affairs**. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/unitedkingdom/2016-06-21/please-leave>>.

PRATES, 2016). Parafrazeando Wallerstein (2016) “*Brexit* é importante como sintoma, mas não como causa de turbulência”³⁴.

Frente aos desafios que o *Brexit* proporcionou, a Alemanha se tornou o centro de gravidade da União Europeia e de todo continente de modo que as crises do euro e migratória trouxessem mais responsabilidades para o país. Tendo apoiado processos de integração para minimizar os constrangimentos proporcionados pelo nazismo, os países aliados trabalharam para a recuperação econômica alemã uma vez que as questões militares não se configuravam como pauta prioritária na sua reinserção no continente europeu. A recuperação econômica germânica foi complementada com as reformas do final dos anos 1990 com a reunificação do país, o que levou a Alemanha conquistar, atualmente, a quinta maior economia mundial e a maior do bloco europeu (SALERNO; THUDIUM, 2016). Ainda, é possível complementar tal pensamento com a tática alemã de proteger o mercado interno e conquistar o externo, herança da antiga aliança *Zollverein*, que até os dias de hoje continua sendo aplicada sendo um método importante para consolidar uma forte postura e rivalizar com as potências, como a Inglaterra e Estados Unidos (TRIZOTTO, Laís H. A. et al, 2013).

As atuais crises que incidem sobre a Europa desestabilizam as tomadas de decisão conjuntas uma vez que elas atingem os países em intensidades diferentes, o que levou a uma divergência nas políticas econômica e migratória. A crise do euro, que foi reflexo direto da crise internacional de 2008, teve efeito mínimo sobre a Alemanha, mas levou países como a Grécia e Itália a uma grave crise econômica em que a própria Alemanha teve protagonismo nas discussões de pacotes de resgate. De efeito contrário, a crise migratória atingiu em cheio os germânicos, pois o país se tornou o destino final de milhões de pessoas provindas do Oriente Médio, principalmente daquelas que estavam fugindo dos horrores da Guerra na Síria³⁵. Os refugiados cruzaram o continente a pé levando os países do leste europeu a tomarem medidas drásticas de contenção desses refugiados e fazendo com que os países mais a oeste já determinassem duros critérios para o seu acolhimento. Enquanto os países da porta de entrada do Oriente Médio erguiam barreiras e dificultavam a entrada dos refugiados, a Alemanha tomou uma postura pró-ativa no acolhimento de cerca de 4,8 milhões de migrantes que adentravam o continente (SALERNO; THUDIUM, 2016).

³⁴ Do original em inglês: “Brexit is important as a symptom but not as a cause of turmoil”.

³⁵ Guerra civil que teve início com as manifestações da Primavera Árabe em 2011. VISENTINI, Paulo et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, v. 51, p.57-79, jan. 2012. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137/133>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

Para somar às crises econômica e migratória, diversos ataques terroristas tomaram conta da Europa nos anos de 2015 e 2016. Os mais marcantes que podemos citar são o ataque ao jornal Charlie Hebdo, conhecido por suas charges à Maomé e ao Islamismo, em janeiro de 2015, na França, que resultou na morte de 12 pessoas (G1, 2015); a explosão de uma bomba no metrô e no aeroporto de Bruxelas, capital da Bélgica, em março de 2016 (G1, 2016) e o episódio em que um caminhão matou 12 pessoas e deixou mais de 40 feridas durante uma feira de Natal em Berlim (DW, 2016). Todos esses ataques foram reivindicados por grupos extremistas islâmicos ou são conectados à presença dos estrangeiros abrigados de forma a intensificar os discursos xenofóbicos contra os refugiados e sua religião predominante, o Islã.

O crescimento da extrema direita nos países da Europa não é mero acaso: é consequência direta das divergências entre opiniões sobre as medidas econômicas, o que fazer e como lidar com a entrada de refugiados e com os atentados à sociedade civil europeia, que são ligados diretamente com a presença de muçulmanos no continente. As diferentes posições entre os países enfraquecem e colocam em cheque os ideais de cooperação promovidos pelas instituições multilaterais uma vez que a tendência é os países desenvolverem políticas nacionais que resolvam seus problemas internos. Na própria Alemanha os movimentos nacionalistas ganham força: nas eleições para o *Bundestag*, em setembro de 2017, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial um partido conservador (Alternativa para Alemanha – AfD, na sigla em alemão) não conquistava cadeiras no parlamento e se consolidou como o terceiro partido mais votado nas eleições, conquistando grande peso político e prometendo grandes desafios ao quarto mandado de Angela Merkel (MANSANI, 2017).

Com todas as questões levantadas acima, que acarretaram em maiores responsabilidades devido ao protagonismo da Alemanha, é natural que esta sinta a pressão internacional para assumir responsabilidades no que diz respeito à segurança nacional e do continente. Em 2014, a esfera política tentou persuadir a sociedade de que a Alemanha deveria assumir um maior papel militar trabalhando para uma ordem mundial pacífica devido a três fatores: (i) a vinda de refugiados e o crescimento de ataques terroristas elevou o sentimento de insegurança; (ii) o enfraquecimento da integração da União Europeia, pois revelou a dominância econômica e financeira da Alemanha e (iii) a crítica de que a Alemanha é uma potência em ascensão e que “pega carona” quando se trata de defesa (WEISS, 2016). Se atendo ao último fator exposto, retomando a teoria de Waltz e a releitura de Schweller, o fato da Alemanha ser dependente ao realizar *bandwagoning*, principalmente com os Estados Unidos, reduz sua segurança e não a coloca em posição de prestígio e autonomia nem condiz com o nível de desenvolvimento econômico e envolvimento político que possui. A urgência de fomentar a responsabilidade de

defesa alemã com a Europa e o Sistema Internacional foi refletida no Livro Branco de 2016, em que trouxe a necessidade do *Bundeswehr* de se adaptar aos novos desafios e de intensificar e enriquecer o debate militar na Alemanha (ALEMANHA, 2016).

Voltando às organizações multilaterais nas quais a Alemanha se apoiou em sua reestruturação, no caso da OTAN, esta formou um forte laço de cooperação, sendo a principal organização na qual apoiou e forneceu equipamentos para o plano do rearme alemão. A partir de então, as decisões tomadas no continente europeu teriam repercussões do outro lado do Atlântico e vice-versa de forma que tal relacionamento traria demandas específicas para a Alemanha, segundo Meiers (2002):

[...] uma nova parceria transatlântica baseada em uma distribuição justa de responsabilidades entre os aliados norte-americanos e europeus confrontou os tomadores de decisão alemães com dois desafios: (1) contribuição da Alemanha para as tarefas mais amplas da missão e (2) reestruturação das forças armadas para os requisitos de segurança em mudança de prevenção de crises e gerenciamento de conflitos³⁶ (MEIERS, 2002, p.207, tradução nossa).

A OTAN vem exercendo uma pressão para que os países europeus, principalmente a Alemanha, contribuam mais para as forças da organização; porém, a postura dual do país ao buscar parcerias tanto com o ocidente quanto com o oriente e o envolvimento nas crises do Oriente Médio e da Ucrânia implicaram em alguns atritos com os Estados Unidos, visto que a falta de uma capacidade autônoma de defesa é suprida pela relação com a OTAN (VISENTINI, 2015). A posição geográfica e o histórico alemão contribuíram para a formação de uma postura diplomática que possibilitou a atuação germânica entre os eixos atlântico e eurásiano, desafiando o país a manter a estabilidade com as duas partes ao longo do curso da História. A posição dual germânica se configura como uma vulnerabilidade, devido ao seu passado pelo tormento da guerra de duas frentes e ao atual comportamento como um amortecedor dos impasses do leste europeu; e como uma proeza, por desempenhar um importante papel de mediação entre as duas partes e diversificar suas parcerias estratégicas (TRIZOTTO, Laís H. A. et al, 2013; VISENTINI, 2015).

Como é reforçado por Gotkowska (2017), a pressão internacional, advinda principalmente do governo de Donald Trump, para uma postura mais assertiva das Forças Armadas alemãs se traduz, nos dias atuais, na cobrança para que se destine uma maior

³⁶ Do original em inglês: “[...] a new transatlantic partnership based on a fair distribution of responsibilities amongst the North American and European allies confronted German decision-makers with two challenges: (1) Germany’s contribution to the broader mission tasks and (2) restructuring the armed forces to the changing security requirements of crisis prevention and conflict management.”

porcentagem do PIB para seu orçamento de defesa e aumente seu comprometimento com a Segurança Internacional. Para atingir tal fim, pela vontade de estreitar laços com a OTAN e os Estados Unidos, foi estabelecido na Cúpula da OTAN de Gales em 2014 uma meta para a Alemanha: aumentar de 1,19% para 2% a porcentagem do PIB gasta em defesa, dedicar 20% desse orçamento em investimento em pesquisa, desenvolvimento e equipamentos e sobre o próprio conceito de política de segurança, que deveria envolver investimento em diplomacia, prevenção de crises e ajuda ao desenvolvimento (GOTKOWSKA, 2017; WEISS, 2016; ALEMANHA, 2017).

Todavia, não é consenso entre os políticos alemães que o aumento dos gastos em defesa deva ser direcionado para pesquisa e desenvolvimento de equipamentos para aprimorar o inventário do *Bundeswehr*, que se encontra em situação de obsolescência (Quadro 1), e para aumentar oportunidades de exportação dos produtos da indústria militar. Expondo o posicionamento da oposição, o político Sigmar Gabriel, integrante do Partido Social Democrata, defende que o investimento em instrumentos de prevenção de crises, reconstrução pós conflitos e cooperação econômica são de maior importância e impacto (GOTKOWSKA, 2017).

Quadro 1 – Equipamentos por tipo

Força	Equipamento	Tipo	Quantidade
Espaço	Satélite	Comunicação	2
		Veículo aéreo não tripulado	5
Exército	Tanque	Tanque principal de batalha	306
		Reconhecimento	199
		Carro de combate de infantaria	492
		Carro de transporte blindado	1406
		Artilharia	223
		Lançador de mísseis	65
	Helicóptero	Ataque	37
		Helicóptero multitarefa/ Veículo aéreo não tripulado	83
		Transporte tático de pessoal	100
		Veículo aéreo não tripulado	84

		Radares	82
		Veículo blindado mecânico	49
		Veículo blindado de recuperação	97
		Veículo de lança-pontes	47
		Guerra de minas	29
Marinha	Submarino	Submarino à diesel	5
	Combatente de superfície	Destroier	7
		Fragatas	8
		Combatente de patrulha e costa	6
		Controle de minas	34
		Anfíbio	2
		Logística e suporte	53
Aviação Naval	Aeronave	Míssil superfície-ar	8
	Helicóptero	Míssil superfície-ar	22
		Busca e resgate	21
		Míssil	1
Força Aérea	Aeronave	Caça	129
		Caça de ataque ao solo	86
		Guerra eletrônica/ Caça de ataque ao solo	20
		Petroleiro/ Transporte	4
		Transporte	63
		Treinamento	109
	Helicóptero	Busca e resgate em combate	20
		Helicóptero multitarefa	15
		Transporte	67
		Veículo aéreo não tripulado	1
		Defesa aérea/ Míssil ar-superfície	27
		Míssil	3
		Bomba guiada por laser	1
Paramilitar	Combatente de patrulha e costa	Patrulha em alto mar	6
		Barco de patrulha	6

Fonte: IISS, 2016. Elaborado pela autora.

Ademais, outro progresso está em curso em conjunto com a OTAN para melhorar a cooperação em defesa entre os membros na Europa. Glatz e Zapfe (2017) apontam que para solucionar as diferentes necessidades dos membros europeus da organização, será necessária uma iniciativa que seja “[...] coordenada centralmente, mas organizada e implementada de forma descentralizada”³⁷ (GLATZ; ZAPFE, 2017, p. 01, tradução nossa). Em 2014, foi adotada a proposta alemã de “Framework National Concept”³⁸ (FNC), que estabelece que os Estados cooperem mantendo sua total soberania em coordenação com a OTAN. Atualmente, existem três tipos de organização de FNC na Europa lideradas por três países (Alemanha, Reino Unido e Itália) e que diferem de objetivos, métodos e estrutura: o grupo de FNC da Alemanha, que possui 19 membros, trabalha para desenvolver Forças Armadas sob os pilares de reduzir as lacunas de capacidades e de criar forças colaborativas sob liderança alemã. Com isso, além da expectativa de melhorar a operacionalidade entre as Forças envolvidas e desenvolver suas capacidades, espera-se que em 2032 tenha se consolidado três divisões multinacionais mecanizadas, o que também revela especulações sobre um provável exército europeu sob a liderança alemã (GLATZ; ZAPFE, 2017).

4.3 *BUNDESWEHR*: O QUE AINDA PRECISA MUDAR

Os líderes da Alemanha têm consciência da importância em manter suas obrigações com a OTAN da mesma forma que o país possui responsabilidades ao ser a maior economia da União Europeia sendo fundamental para a estabilidade do continente. Todavia, o discurso alemão sobre suas responsabilidades não toca no que diz respeito ao envolvimento de tropas em operações externas; porém, expressa sua vontade em expandir suas atividades de treinamento, logística e reconhecimento no estrangeiro. Gotkowska (2017) atribui essa postura à visão de que a Alemanha enxerga a si mesma como uma potência civil na qual preza pela solução política ante a militar e confere à influência dos aliados uma possível mudança gradual da abordagem do uso da força militar. Nesse âmbito, dando preferência para a atuação em fóruns multilaterais, é importante frisar a diplomacia alemã, em que há carência de diplomatas para atuar em meio ao surgimento de tensões dentro e fora da Europa. Os líderes políticos possuem a consciência de que é importante o desenvolvimento de habilidades em prevenir de

³⁷ Do original em inglês: “[...] coordinated centrally yet organized and implemented in a decentralized manner.”

³⁸ “Conceito de Estrutura Nacional”, em livre tradução.

conflitos e gerenciar crises, questões que a iniciativa *PeaceLab2016*³⁹, criada pelos ministérios de Relações Exteriores, Desenvolvimento e Defesa, estava buscando resolver e chegou nas seguintes conclusões:

[...] o governo deve fortalecer o papel de suas embaixadas na resposta aos primeiros sinais de conflitos; certificar-se de que existe um ponto focal em cada embaixada para ONGs e ativistas de direitos humanos; assegurar uma maior coerência entre todas as atividades por diferentes atores alemães em cada país; melhor coordenação com o governo local, outros doadores e organizações internacionais; e atribuir mais diplomatas a cargos de liderança na UE, na OSCE e na ONU⁴⁰ (BROCKMEIER, 2017, tradução nossa).

A diplomacia atua em dois aspectos importantes na Alemanha. O primeiro diz respeito à política externa, em que se faz necessário aumentar o número de funcionários em embaixadas, que estão atuando no seu limite, e aumentar as capacidades de prevenção e gerenciamento de crises, tanto no âmbito externo quando atua em países como Iraque e Síria, quanto no âmbito interno com a crise migratória. O segundo aspecto diz respeito a conexão entre a diplomacia e a defesa, pois não basta a implantação militar sem essa atuar em conjunto a uma estratégia política – lição aprendida na atuação no Afeganistão –, pois é necessário pessoal para “analisar informações, elaborar curso de ações e adaptá-lo às mudanças das circunstâncias políticas” (BROCKMEIER, 2017). Além disso, se faz importante o papel da diplomacia na contribuição no debate e negociação da elevação dos gastos com defesa e na construção de uma estratégia para garantir a paz e a segurança de uma Europa independente dos Estados Unidos (ROTMANN, 2017). Fazendo jus ao comportamento de potência civil que deseja se tornar potência militar, nada mais coerente do que colocar mais pessoas para encontrar soluções diplomáticas por meio de debate e respostas políticas que irão impactar nas ações de caráter militar.

A questão da diplomacia não possui muitas menções no Livro Branco, mas é citada quando se trata das relações intra-bloco na União Europeia e OTAN, pois uma das prioridades estratégicas do *Bundeswehr*, a cooperação internacional, contribui para a modernização de uma diplomacia de defesa (ALEMANHA, 2016). Ainda, é proposto no Livro Branco a construção

³⁹ Espaço criado para se discutir as orientações do governo no gerenciamento de crises e governo. Para saber mais: <http://www.peacelab2016.de/peacelab2016/debatte/friedensfoerderung/article/peacelab2016-a-fresh-look-at-crisis-prevention/>

⁴⁰ Do original em inglês: “[...] the government should strengthen the role of its embassies in responding to early warning signs of conflicts; make sure there is a focal point in each embassy for NGOs and human rights activists; ensure more coherence among all the activities by different German actors in each country; better coordinate with the local government, other donors, and international organizations; and assign more diplomats to leadership positions at the EU, the OSCE, and the UN”.

de uma segurança sustentável, que significa “interligar a segurança dos estados, indivíduos e gerações sucessivas, bem como as muitas áreas diferentes que o desenvolvimento e a segurança têm em comum⁴¹”(ALEMANHA, 2017, p.57, tradução nossa). Dessa forma, a alocação de recursos irá permitir que as políticas externa e de defesa, por exemplo, enfrentem desafios conhecidos antecipada e rapidamente. Para garantir tal política o governo irá realizar o planejamento estratégico e financeiro para investir em:

[...] número de pessoal, desenvolvimento de pessoal através do investimento em qualificações e no estabelecimento de conhecimentos internacionais e construção, manutenção e promoção das capacidades necessárias, tecnologias e equipamentos nacionais chave nos ministérios responsáveis pelas tarefas de política externa e de segurança⁴² (ALEMANHA, 2017, p.57, tradução nossa).

Uma iniciativa que busca fazer com que o *Bundeswehr* cumpra com suas funções veio através do anúncio realizado em fevereiro desse ano pela ministra da Defesa, Ursula von der Leyen, de um aumento de 178,000 para 198,000 soldados até o ano de 2024. Segundo von der Leyen, o Exército nunca teve tanta demanda de atuação como agora e tal ação pode impactar nas atuais operações da Alemanha em curso: no Oriente Médio combatendo as forças do Estado Islâmico, no Mediterrâneo em conjunto com a Força Naval da União Europeia para o Mediterrâneo (EUNAVFOR MED) na Operação Sophia – principal iniciativa militar que atua na crise de refugiados – e na região dos Balcãs em conjunto com a OTAN para minimizar a influência russa e de forma unilateral buscando inserir o leste europeu aos poucos na União Europeia⁴³ (REUTERS, 2017; SALERNO; THUDIUM, 2016; AHMETAJ, 2017).

Todavia, não basta elevar os gastos em defesa se não houver uma modernização no pensamento estratégico de como a Alemanha pode contribuir para a Europa e, para tal fim, se faz necessário ampliar o debate interno sobre as Forças Armadas. A discussão das Forças Armadas e a presença das mesmas no debate político público na Alemanha não se encontra desenvolvido ou visto de forma positiva. Desde a consolidação do *Bundeswehr* em 1955, o trabalho de defesa interna e o auxílio em desastres naturais é reconhecido e aprovado pela sociedade, mas sua participação em missões e operações externas ainda geram polêmicas. Em

⁴¹ Do original em inglês: “[...] interlinking the security of states, individuals and successive generations as well as the many different areas that development and security have in common”.

⁴² Do original em inglês: “[...] number of personnel, personnel development through investment in qualifications and the establishment of international expertise and building up, maintaining and promoting necessary capabilities, national key technologies and equipment in the ministries responsible for foreign, security and development policy tasks”.

⁴³ A Alemanha possui iniciativas como “Processo de Berlim” e “Plano Marshall para Balcãs Ocidentais” que visam o desenvolvimento da região e a integração da mesma (AHMETAJ, 2017).

parte, isso se dá pela divergência entre ações dos governos alemães, que vêm engajando as Forças Armadas em conjunto com a OTAN, e a sociedade, que espera menor envolvimento externo com os aliados (WEISS, 2016). A eclosão da crise da Ucrânia ilustra bem a discordância interna de opiniões. Em pesquisa pública com oito⁴⁴ países membros da OTAN, houve uma média de 70% de apoio ao envio de ajuda econômica para a Ucrânia, que contrasta com o número de 41% de apoio ao envolvimento militar. Só na Alemanha, o número a favor do apoio econômico foi de 68% em oposição aos 38% de apoio para o envolvimento militar alemão no conflito ucraniano (SIMMONS; STOKES; POUSSHTER, 2015).

Porém, o novo cenário político que vem se configurando no *Bundestag* desde as eleições em setembro de 2017 irão trazer novos desafios ao debate militar. A ascensão do Partido Verde no parlamento se constitui parte do movimento pacifista de pauta anti-militar e, como já formou coalizões com os dois maiores partidos da Alemanha (CDU e SPD), teve sua agenda minimamente incorporada no debate político. Além disso, o partido sugere que haja uma revisão da participação da alemã no OTAN, pois desde o início do mandato de Trump acreditam ter ocorrido uma mudança de propósito da organização pela elevada periculosidade nas operações contra insurgentes (WEISS, 2016; IV; MARTIN, 2017). A Alternativa para a Alemanha é o partido que mais traz a pauta de revisão das atuais relações internacionais e posicionamento do país, pois questiona veementemente a aliança com os Estados Unidos propondo maior aproximação com a Rússia. Ainda, mais do que questionar a OTAN, apoia o movimento do *Brexit*, de forma a revelar uma postura que não prioriza a cooperação multilateral (IV; MARTIN, 2017).

⁴⁴ Pesquisa realizada com Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Polônia e Reino Unido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desmilitarização da Alemanha e a renúncia à guerra foram fatores essenciais na formação da democracia alemã, segundo Berger (1997). Ao abrir mão de fazer uso da força em questões de política externa, a Alemanha se consolidou como uma potência civil dedicada com questões econômicas e sociais com prosperidade e estabilidade internas. Tal postura foi favorecida, e muito, pela forma com a qual a Alemanha foi reestruturada no período do pós-guerra em que esteve sob controle externo: integrada em instituições multilaterais como a OTAN e a Comunidade Europeia.

Todavia, a permanência de tal postura não condiz mais com o papel da Alemanha na nova circunstância europeia e mundial. As responsabilidades com a economia do continente, a entrada maciça de refugiados, a sustentação da União Europeia clamam por um país que possua um braço armado forte capaz de constranger ameaças e atuar de forma independente contra elas se necessário. O peso político e econômico da Alemanha dentro da Europa, e a nível mundial, não é compatível com a capacidade de defesa que possui, totalmente dependente dos Estados Unidos, seja pela necessidade de apoio às operações seja pelo constrangimento na escolha de seus aliados e parceiros. De um Estado “cordeiro”, frágil presa na arena internacional quando despida de seu poderio militar no final do segundo conflito mundial, passou para a categoria de “chacal” ao aliar-se aos Estados Unidos para dar início ao seu processo de rearmamento e reconstituição de sua soberania e integridade frente ao Sistema Internacional. A partir de então, estabelecia-se a relação de *bandwagoning*, que perdura até os dias de hoje, em que se encontra em uma zona de conforto sob a proteção da potência norte americana e da OTAN – ainda que haja pressão para desprender-se de tal.

Para compreender a Alemanha do século atual, é necessário compreender que a mesma foi inserida no Sistema Internacional como um Estado derrotado e ocupado no fim do segundo conflito mundial e que teve seu aparato de defesa subordinado ao controle externo com o processo do rearmamento sob supervisão da OTAN, sobretudo dos Estados Unidos. O início desse procedimento se deu com o trabalho que Konrad Adenauer quando atuou como chanceler da República Federal da Alemanha. Comparável à Otto von Bismarck, a quem também coube o papel de comandar uma Alemanha não unificada, o Adenauer trabalhou assertivamente para minimizar as fragilidades de uma nação devastada pela guerra e traumatizada pelo nazismo, de forma a garantir que os alemães não construíssem uma postura de Estado subjugado no Sistema Internacional. Sacrificando todas as possibilidades de reunificação com a República Democrática da Alemanha em detrimento de um Estado alinhado com o Ocidente, Adenauer

não submeteu a RFA do mundo oriental nem ocidental, priorizando a autonomia e os interesses alemães acima de tudo.

Visentini (2015) afirma que a Europa se encontra presa em dois tempos e em dois mundos: mantendo o comportamento adquirido no fim da Segunda Guerra Mundial enquanto que as mudanças do século XXI alteram intensamente as dinâmicas do continente; e permanecendo na dubiedade ao alinhamento ao mundo do lado Atlântico ou Eurasiano. Tal constatação diz muito sobre a Alemanha, que vive exatamente os mesmos dilemas, mas que, por ainda conseguir manter a estabilidade, sustenta o equilíbrio ainda não perdido dentro da Europa.

Seja por dívida histórica, por ter sido reerguida devido aos processos de integração para sua estabilização no fim da Segunda Guerra, seja por acreditar que meios multilaterais se constituem a melhor maneira de superar uma crise que é comum a todos, a Alemanha vem assumindo a responsabilidade de sustentar a União Europeia. Vivendo uma fase em que os desafios não se assimilam àqueles de 70 anos atrás, a atual conjuntura fez com que as antigas potências declinassem: a Itália foi atingida pela crise do euro e, assim como a França, sumiu do protagonismo europeu; e o Reino Unido busca consolidar sua saída do bloco e focar nas negociações de como será sua nova relação com a UE.

As restrições à adoção de políticas comuns do bloco europeu desde a adesão do Reino Unido, como a manutenção da moeda libra e não participação do Espaço Schengen, revelam uma falta de identificação e de interesse em fazer parte de um projeto maior para o continente. Somando-se a isso, as razões pelas quais levaram o país a retirar-se da União Europeia fazem parte de um contexto de crise e transição global que também afetam e agitam o cenário político da Alemanha e outros países europeus: ascensão de movimentos ultranacionalistas de direita, aversão ao acolhimento dos refugiados, temor de ataques contra a sociedade civil, foco na recuperação econômica. O referendo que confirmou o desejo da população britânica de deixar de ser membro do bloco levou a uma contestação da eficiência da organização europeia e se ela ainda atende aos interesses daqueles que a compõe.

Outro meio multilateral de grande importância para a Alemanha é a Organização do Tratado do Atlântico Norte. A organização fundada pelos Estados Unidos da América foi a grande patrocinadora do ressurgimento das Forças Armadas alemãs no período da Guerra Fria. Na época, a Alemanha foi dividida em zonas de ocupação pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial de forma que se constituiu em duas: Alemanha Ocidental, sob ocupação de Estados Unidos, França e Reino Unido; e Oriental, fundada sob influência da União Soviética. Nesse contexto, o bloco soviético configurava-se uma ameaça ao mundo ocidental e fazia

fronteira direta com a República Federativa da Alemanha. Dessa forma, era necessário que o lado oeste tivesse condições de enfrentar o inimigo vermelho e por isso negociações acerca do rearmamento alemão se tornaram mais importantes do que os tratados que foram assinados determinando o contrário.

O processo não se deu sem entraves: a França possuía grande desconfiança do que poderia acontecer ao devolver o poderio militar aos germânicos, o Reino Unido não se opunha nem fomentava a ação e os Estados Unidos foram os maiores idealizadores do projeto visando desde cedo firmar sua presença na Europa, conquistar aliados e ficar no encalço da URSS. Em 1955, nasceu o *Bundeswehr* ainda em processo de construção, mas se configurando como um grande marco da nova fase de renascimento militar alemão.

Percebe-se, contudo, que o processo teria instaurado um paradoxo dentro da Alemanha. Ao mesmo tempo em que diversos entraves internacionais barraram o desenvolvimento militar autônomo do país desde o fim da Segunda Guerra; na década de 1990, quando se fez necessário o envolvimento germânico em operações militares, os alemães não estavam preparados para participar. Com razão, de certa forma, pois até então não havia sido estimulado o envolvimento prático em conflitos, muito menos a contribuição para a formação de algum pensamento nacional que pudesse apoiar o país em tais incursões. Para somar a esse cenário, a reunificação das repúblicas alemãs trouxe o desafio de reunir um país que, dividido pela guerra, viveu duas realidades muito diferentes e opostas, e que agora teriam que reaprender a se enxergarem como iguais.

Como dito antes, a Alemanha parece ter parado no tempo enquanto que a conjuntura mudou, e muito. A Europa enfrenta uma crise comum e, ainda que não haja consenso para resolvê-la, é pela via multilateral que o país acredita ser possível garantir a segurança do continente no século XXI. Todavia, faltam meios para isso, principalmente o diplomático e o debate com a sociedade civil que, pelo perfil que preza pela cooperação e apaziguamento nas relações entre os países, a Alemanha peca ao deixar de investir em áreas que teria uma atuação de destaque.

Todavia, diante de tanta responsabilidade e pressão internacional para o cumprimento de funções de segurança surge um questionamento: até que ponto desejam os Estados Unidos uma Alemanha forte e independente no âmbito militar? Seria de interesse norte americano que o país conquiste a autossuficiência em sua segurança? Uma Alemanha autônoma não minimizaria a influência dos EUA no continente e, dessa forma, passaria a ser um concorrente ou até mesmo uma ameaça? Diversas questões não possuem resposta, mas especulam sobre a

construção de um futuro distante que pode estabelecer uma nova correlação de forças no Sistema Internacional.

Konrad Adenauer atuou para consolidar a soberania da República Federal da Alemanha e para garantir a segurança da mesma, visando que o rearmamento pudesse ser o início da construção de um país assertivo e autônomo, sem considerar-se refém do seu passado. Estaria o legado do chanceler esquecido dentro da Alemanha no século XXI?

REFERÊNCIAS

- ALEMANHA. White Paper: On German Security Policy and the Future of the Bundeswehr. **Federal Ministry of Defense**. S.l: The Federal Government, 2016. Disponível em: <<https://www.bmvg.de/resource/resource/UIRvcjZYSW1RcEVHaUd4cklzQU4yNWFvejLbjVyYnR1OCt3ZIU1N09FVUI5TVFNVks2WW1ZemswZllnVWZ5VU5mNHArD2FnOFRJdHJVZFhlnFZFMXV5emNLenV4R0tPLzJicTBTVi8wYkE9/2016WhitePaper.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.
- AHMETAJ, Mimoza. Germany needs to stay invested in Western Balkans. 2017. **Euobserver**. Disponível em: <<https://euobserver.com/opinion/139179>>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- BAUMANN, Rainer; HELLMANN, Gunther. Germany and the use of military force: ‘total war’, the ‘culture of restraint’ and the quest for normality. **German Politics**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.61-82, abr. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09644000412331307394>.
- BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**: Da guerra à paz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- BERGER, Thomas U. The past in the present: Historical memory and German national security policy. **German Politics**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.39-59, abr. 1997. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09644009708404463>>. Acesso em: 11 mai. 2017.
- BICKFORD, Andrew. Soldiers, Citizens, and the State: East German Army Officers in Post-Unification Germany. **Comparative Studies In Society And History**, [s.l.], v. 51, n. 02, p.260-287, 20 mar. 2009. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0010417509000127>.
- BROCKMEIER, Sarah. Without Diplomats, No Diplomatic Solutions. 2017. **Global Public Policy Institute**. Disponível em: <<http://www.gppi.net/publications/peace-security/article/without-diplomats-no-diplomatic-solutions/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- CÂMARA, Marcelo P. S. **A política externa alemã na República de Berlim**: de Gerhard Schröder a Angela Merkel. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- CORUM, James S. Adenauer, Amt Blank, and the Founding of the Bundeswehr 1950–1956. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011a.
- _____. American Assistance to the new German Army and Luftwaffe. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011b.
- DANDEKER, Christopher. New Times for the Military: Some Sociological Remarks on the Changing Role and Structure of the Armed Forces of the Advanced Societies. **The British Journal Of Sociology**, S.l., v. 45, n. 4, p.637-654, dez. 1994.
- DW. Alemanha em alerta após provável ataque terrorista em feira de Natal. 2016. **Deutsche Welle**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/alemanha-em-alerta-ap%C3%B3s-prov%C3%A1vel-ataque-terrorista-em-feira-de-natal/a-36840150>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FACTBOOK, The World. **GERMANY**. 2017. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gm.html>>. Acesso em: 19 dez. 2017

G1. Ataque em sede do jornal Charlie Hebdo em Paris deixa mortos. 2015. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

G1. Ataques terroristas na Bélgica deixam dezenas de mortos e feridos. 2016. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/aeroporto-de-bruxela-na-belgica-registra-explosoes.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GLATZ, Rainer L.; ZAPFE, Martin. NATO's Framework Nations Concept. 2017. **Center for Security Studies**. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/CSSAnalyse218-EN.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

GOTKOWSKA, Justyna. Germany security policy and the Trump administration: modified rhetoric and moderate commitments. 2017. **OSW Centre for Eastern Studies**. Disponível em: <<https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2017-02-22/germanys-security-policy-and-trump-administration-modified>>. Acesso em: 11 maio 2017.

HOUSE, Jonathan M. The European Defense Community. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011.

IISS. **The Military Balance 2016**: The annual assesment of global military capabilities and defence economics. International Institute for Strategic Studies, 2016.

IV, Lewis Sanders; MARTIN, David. German election - where do political parties stand on foreign policy and security? 2017. **Deutsch Welle**. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/german-election-where-do-political-parties-stand-on-foreign-policy-and-security/a-40501361>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

LUNGU, Sorin. Military modernization and political choice: Germany and the uspromoted military technological revolution during the 1990s. **Defense & Security Analysis**, [s.l.], v. 20, n. 3, p.261-272, set. 2004. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/1475179042000260688>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MANSANI, Tainã. Eleições na Alemanha: Merkel e CDU vencem, apesar de perdas históricas. 2017. **Deutsch Welle**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-na-alemanha-merkel-e-cdu-vencem-apesar-de-perdas-hist%C3%B3ricas/a-40663073>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MEDEIROS, Klei; CATTELAN, Pedro Henrique Prates. O significado e os reflexos do BREXIT: crises no centro do sistema, nacionalismos e reações aos processos de integração regional. **Boletim de Conjuntura do Nerint**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.9-18, set. 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/boletim-de-conjuntura/volume-1/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

MEIERS, Franz-josef. A Change of Course? German Foreign and Security Policy After Unification. **German Politics**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.195-216, dez. 2002. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/714001317>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

NAUMANN, Klaus. The Battle Over “Innere Fuehrung”. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011.

NOETZEL, Timo; SCHREER, Benjamin. All the way? The evolution of German military power. **International Affairs**, [s.l.], v. 84, n. 2, p.211-221, mar. 2008. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2346.2008.00700.x>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

PEIFER, Douglas Carl. Establishing the Bundesmarine: the Convergence of Central Planning and Pre-Existing Maritime Organizations, 1950–1956. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Berlim, a construção do muro e o socialismo alemão. **Ciências e Letras**. 2009. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/12>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

REUTERS. Germany to increase army to 198,000 by 2024 amid NATO spending row. 2017. **RT**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/germany-army/germany-to-increase-army-to-198000-by-2024-amid-nato-spending-row-idUSL8N1G65BZ>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

ROTMANN, Philipp. 2% More Ideas? Military Spending and Germany’s Electoral Debate. 2017. **Global Public Policy Institute**. Disponível em: <<http://www.gppi.net/publications/peace-security/article/2-more-ideas-military-spending-and-germanys-electoral-debate/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SALERNO, Francine Juchem; THUDIUM, Guilherme. A Alemanha e a crise na União Europeia: um Império acidental? **Boletim de Conjuntura do Nerint**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.19-27, set. 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/boletim-de-conjuntura/volume-1/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHWELLER, Randall L. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. **International Security**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.72-107, 1994. JSTOR. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/2539149>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

SEIPP, Adam. A Reasonable “Yes”: The Social Democrats and West German Rearmament, 1945–1956. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011.

SIMMONS, Katie; STOKES, Bruce; POUSSHTER, Jacob. NATO Publics Blame Russia for Ukrainian Crisis, but Reluctant to Provide Military Aid. 2015. **Pew Research Center**. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2015/06/10/nato-publics-blame-russia-for-ukrainian-crisis-but-reluctant-to-provide-military-aid/>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database**. STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

TRIZOTTO, Laís H. A. et al. Política Externa e de Segurança da Alemanha. In: MARTINS, José Miguel Quedi (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2013. (Série Cadernos ISAPE).

VISENTINI, Paulo. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes. 2015.

VOGEL, Thomas. The Himmerod Memorandum and the Beginning of West German Security Policy. In: CORUM, James S. **Rearming Germany**. Leida: Brill, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. Brexit: Symptom, Not Cause, of Turmoil. 2016. **Immanuel Wallerstein**. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/brexit-symptom-not-cause-of-turmoil/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WALT, Stephen M. Great Powers Are Defined by Their Great Wars. 2017. **Foreign Policy**. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2017/09/21/great-powers-are-defined-by-their-great-wars/?utm_content=buffer3fc8f&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 04 nov. 2017

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-wesley Publishing Company, 1979.

WEISS, Stefani. Germany's Security Policy: From Territorial Defense to Defending the Liberal World Order?. Out. 2016. **Newpolitik: German Policy**. Translated. P.61-73. Disponível em: <http://www.bfna.org/sites/default/files/publications/Newpolitik_German_Policy_Translated_web_0.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2017.